

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 029

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa-tarde!

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de debater a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste - SUDECO.

Convido para compor a Mesa os Exm^{os} Srs. Deputados Federais Carlos Abicalil; Sandro Mabel, do Estado de Goiás, Relator da proposta de recriação da SUDECO; Celcita Pinheiro; o 1º Secretário da Mesa Diretora, Deputado Silval Barbosa; o Senador da República Jonas Pinheiro; o Secretário de Estado de Fazenda, Dr. Waldir Júlio Teis; o Secretário de Estado de Planejamento, Dr. Yênes Magalhães; o Deputado Eliene e a Deputada Verinha Araújo; o Dr. Otaviano Muniz, Diretor de Promoção de Investimentos, representando, neste ato, o Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Sr. Athos Magno.

Composta a Mesa, convido a todos e a todas para que, em pé, ouçamos o Hino Nacional.

(NESTE MOMENTE, É EXECUTADO O HINO NACIONAL.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Registramos a honrosa presença das seguintes autoridades: Sr. José Epaminondas Matos Conceição, Secretário Adjunto de Indústria, Comércio, Minas e Energia do Estado; o Sr. Wilson Sanches, Secretário Municipal de Indústria e Comércio; Samuel Lemos, Superintendente da Secretaria de Estado de Turismo, neste ato representando a Secretária Ieda Marli de Oliveira Assis; Sr. José Antônio de Mesquita, Presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso - FIEMT; Tenente-Coronel Acy, neste ato representando o Comandante-Geral da PM, Coronel Vitor Hugo Metelo; Sr^a Hilda Fernandes, neste ato representando a Dr^a Flávia de Barros Nogueira, Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia; Sr. Sandro Andreani, Presidente da Associação Mato-grossense dos Engenheiros Florestais, representando o Prefeito de Sapezal, Sr. Adilson Schneider; Sr. Aurelino Levi de Campos, Conselheiro Presidente do Conselho Federal de Delegado de Mato Grosso; Consultora da FOREMAT, Ester Inês Chefer; Sr^a Dori Lemes, Assessoria de Comunicação do Deputado Federal Carlos Abicalil; Sr^a Glória Maria Munhoz, Coordenadora do FORMAD - Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento; Sr. José Lombardi, Coordenador da Reforma Tributária; Sr. Lino Carlos Alves Pereira, representando a IOMAT - Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso; Sr. Waldiney Barbosa, Assessor Parlamentar do Deputado Carlos Brito; Sr^a Ana Maria Barreto Souto, representando o Presidente da ONG PBW, Sueli Batista; Sr. Francis Mares, Diretor do Grupo Cometa; Sr. Robério Cadermatori, Diretor da Federação do Comércio; Sr^a Mari Barros, Gerente de Mercado da Superintendência do Banco do Brasil; Sr. Lázaro Donizete da Silva, representante do PT de Várzea Grande; Sr. Oreny Francisco, Secretário de Comunicação do Diretório Estadual do PT; Sr. Célio Fernandes, Presidente do Fórum de Empresários de Mato Grosso - FOREMAT; Sr. Paulo Frazão, Superintendente Regional do Banco do Brasil em Cuiabá; Sr. Paulo Henrique de Almeida, Gerente Regional do Banco da Amazônia; Sr^a Marli Keller, Secretária Geral do SINTEP; Sr. Manoel de Souza, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas; Sr. Vilson Aguiar, assessor da Senadora Serys Marly Silhessarenko; Sr.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Júlio César Martins Viana, Presidente do SINTEP de Mato Grosso; Sr. Roney Maiolino, representando o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas; Sr. Pedro Francisco da Cruz, Presidente do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Cuiabá e Várzea Grande; Sr. Jovenil Benedito da Cunha, do SINTECT; Sr. Nelson Borges, Secretário Agrário do Diretório Estadual do PT; Sr. Adilson Geraldo Silva, Gerente-Geral do Banco Real; Sr. Bento Porto, ex-Deputado Federal e ex-Secretário de Planejamento do Estado de Mato Grosso; Srª Zaira Pereira, Consultora do SEBRAE; Sr. Jacil Pereira da Silva, jornalista; Sr. Odair Mazotti, Superintendente da OCB - Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Mato Grosso; Sr. Frederico Luiz de Freitas Júnior, Diretor da FEMA e representante do Secretário de Estado Moacir Pires; Sr. Raimundo Henrique de Souza Almeida, professor da UNIRONDON; Srª Professora Luzia Guimarães, Reitora da UNIRONDON; Sr. Leoni Filipsen, Presidente da CUT/MT; Sr. Jazon de Souza Freitas, vereador de Luciara; e, também, ex-Deputado Estadual e Deputado Federal Ricardo Corrêa.

Informo que esta é uma Audiência Pública conjunta da Comissão da Câmara Federal e esta Casa.

Portanto, em seguida, depois de algumas palavras que iremos proferir, passaremos a Presidência ao Presidente da Comissão, Deputado Federal Carlos Abicalil.

Srs. Deputados Estaduais aqui presentes, eu saúdo a todos em nome do Deputado Silval Barbosa. Srs. Deputados Federais Carlos Abicalil e Sandro Mabel; Deputada Federal Celcita Pinheiro; Senador da República Jonas Pinheiro; Senhores Secretários de Estado, eu saúdo a todos em nome do Secretário de Estado de Fazenda, Waldir Júlio Teis.

Antes de mais nada, quero agradecer o Deputado Federal Carlos Abicalil, que nos procurou para a realização desta audiência pública conjunta e que, em função da grande importância para o Estado e para o Centro-Oeste, não tenho dúvida de que esta audiência será muito produtiva e que teremos bons frutos.

O financiamento da atividade produtiva é de vital importância para o desenvolvimento da economia. As cadeias produtivas são impulsionadas com a injeção de dinheiro, vindo sob a forma de financiamento, sobretudo, com juros subsidiados pelo Governo federal.

É a poupança nacional financiando o setor produtivo ou a transferência de recursos públicos para financiar a iniciativa privada, uma forma bastante usada por todos os países desenvolvidos.

A SUDECO pode ser um importante instrumento para a correção das desigualdades regionais e sociais no Brasil. Temos nos dedicado a estudar as desigualdades regionais em Mato Grosso, e o fruto desse estudo virou um livro intitulado “Desigualdades Regionais em Mato Grosso”, que apontou as regiões privilegiadas e as que empobrecem por conta da má distribuição da riqueza gerada no Estado.

A partir do diagnóstico apontado pelo livro, algumas ações foram concretizadas em Mato Grosso, principalmente a adoção, pelo Governador Blairo Maggi, da Lei do ICMS Social, criada pela Assembléia Legislativa que adota o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) - talvez seja o primeiro Estado, Sr. Deputado Sandro Mabel - ou seja, conforme piores os índices dos municípios, maiores os recursos do ICMS destinado a eles. Essa ação foi reconhecida pela ONU, pelo PNUD, como um importante instrumento de distribuição de recursos públicos.

Porém, por mais eficiente que seja, a Lei do ICMS Social não é suficiente para promover todas as correções das desigualdades sociais. Uma democratização ao acesso ao crédito vai incluir na economia muitos empreendedores em todos os setores da produção, o que vai gerar renda e empregos, que é o que, verdadeiramente, pode vir a ser o instrumento de justiça social em nosso Estado.

O certo é que devemos ampliar a discussão sobre o modelo de desenvolvimento que queremos para Mato Grosso. Para isso é importante atentarmos para as modificações em curso pelo País.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Como a discussão sobre a reforma tributária e os mecanismos que ela pode criar para se impedir a chamada guerra fiscal, é preciso que paremos nosso olhar para o Centro-Oeste, área de atuação da SUDECO. O que precisamos discutir é a vocação econômica de nossa região e o que se pode fazer para modificá-la. Por exemplo: se não forem criadas facilidades fiscais para que indústrias se instalem em nossos estados, será que elas não preferirão se instalar nos Estados do Sul?

Entendo que todos os participantes desta audiência pública devem formar opinião a esse respeito. Se a economia do mundo globalizado obedece à ordem norte-sul, a do Brasil parece obedecer à ordem sul-norte, ou seja, se no mundo o fluxo financeiro e de desenvolvimento econômico e social privilegia, sobretudo, os países do hemisfério norte, cabendo a maioria dos países do hemisfério sul o fornecimento de matéria-prima e mercado consumidor aos países desenvolvidos, no Brasil essa lógica se inverte quando pensamos na matéria-prima produzida nos Estados do Centro-Oeste sendo industrializadas nos Estados do Sul e Sudeste, quando não são exportadas *in natura*.

E quando vemos o mapa-múndi e percebemos que na faixa que compreende todo o Centro-Oeste brasileiro está concentrado o grande potencial de produção agrícola mundial, com condições climáticas de relevo e com água em abundância, temos a certeza de nossa importância estratégica para o mundo.

Com o crescimento dos mercados da China e da Índia, dentre outros mercados emergentes, a produção de proteína se faz muito importante. A maioria das fronteiras agrícolas ao redor do mundo está limitada em seu crescimento. A do Brasil, sobretudo a do Centro-Oeste brasileiro, ainda tem muito a ser explorada.

É verdade que precisamos cuidar do meio ambiente, pois a exploração desenfreada de nossos recursos naturais teria um preço muito alto para as próximas gerações. Por isso, a linguagem da modernidade é o desenvolvimento sustentável. O que buscaremos é o crescimento, mas com harmonia entre o homem e a natureza.

Pensado assim, o Governo de Mato Grosso apresentou recentemente para essa assembléia legislativa o projeto de zoneamento socioambiental.

Acredito que é uma oportunidade para avaliarmos os números pesquisados durante vários anos por pesquisadores de várias áreas e por todo o Estado. São dados sobre aspectos ambientais, sociais, econômicos, culturais, enfim, uma radiografia sobre o que é o Mato Grosso. Através deles os Deputados Estaduais e a sociedade mato-grossense podem discutir quais os caminhos que o Estado deve seguir.

Para finalizar, devo dizer que em meu gabinete já se iniciaram os estudos para a realização, Deputado Carlos Abicalil, Srs. Deputados, em março de 2005, de um grande simpósio aqui em Mato Grosso para discutir o modelo de desenvolvimento de nosso Estado. Quando todos os anseios do cidadão mato-grossense possam ser debatidos, como: desemprego, concentração de renda, industrialização, agricultura, incentivos fiscais, política tributária e social do governo, além, da importância do crédito como fonte de geração de renda e inclusão social que, acredito, são as principais motivações que fazem renascer a SUDECO.

Eu quero, finalizando, agradecer a todos os Deputados Federais que estão presentes, ao Senador Jonas Pinheiro, aos Secretários de Estado, e agradecer especialmente a todos que participam desta audiência pública, que, tenho certeza, será positiva (PALMAS).

Convido para presidir os trabalhos o Presidente da Comissão, Deputado Federal Carlos Abicalil.

(O DEPUTADO FEDERAL CARLOS ABICALIL ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS, ÀS 14:58 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS ABICALIL) - Boa-tarde a todos e todas, quero saudar inicialmente o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Riva, na pessoa de quem saúdo todos os Deputados e Deputadas Estaduais presentes nesta audiência pública e ao mesmo tempo antecipo os agradecimentos pelo pronto atendimento de interesse comum na realização desta

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

audiência pública. Saúdo também as autoridades presentes, em nome do Governo do Estado, na pessoa do Sr. Secretário de Estado de Fazenda. Sintam-se contemplados. Cumprimento todas as autoridades estaduais, ao Relator do Projeto de Lei Complementar nº 184, Deputado Sandro Mabel, que fará uma exposição inicial apontando aquilo que no seu entendimento aparece já como principais pontos de discussão deste projeto, demais representantes de organizações estatais, o representante do Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Dr. Athos, representando aqui pelo Otaviano Muniz, que é mato-grossense da cidade de Rondonópolis, e aqui representa a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, autora e promotora dos primeiros debates que, desde setembro do ano passado, apontava um grupo interministerial e realizando audiências públicas nas quatro unidades federadas da região Centro-Oeste a formatação deste que ora é o Projeto de Lei Complementar nº 184.

Ao mesmo tempo, quero agradecer também a presença das representações empresariais, dos movimentos sociais, das entidades sindicais, patronais e de trabalhadores e trabalhadoras que estão presentes aqui, como também às diversas assessorias de Parlamentares e outras organizações.

Acredito firmemente na deliberação da Câmara dos Deputados em instituir uma Comissão Especial para análise desta lei complementar, a exemplo do que ocorreu com outras duas iniciativas similares da recriação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que também tem sua área de abrangência sobre o território do Estado de Mato Grosso, embora não se estenda a Goiás, Deputado Sandro Mabel, nem ao Mato Grosso do Sul, nem ao Distrito Federal, o que nos dá uma peculiaridade de, ao fazermos a primeira audiência pública, estar simultaneamente na área de abrangência comum.

A participação da bancada federal de Mato Grosso, em particular pela presença do Senador Jonas Pinheiro que coordena a bancada parlamentar do Centro-Oeste no Congresso Nacional, agregando Deputados e Senadores, Deputadas e Senadoras de toda a região Centro-Oeste e da minha colega Celcita Pinheiro, também membro da bancada federal neste evento, indica - se eu não estou enganado a Deputada Federal também é membro da Comissão Especial, faz parte da Comissão Especial - que o nosso trabalho, que prosseguirá com a realização das outras cinco audiências públicas já aprovadas naquela Comissão Especial, poderá produzir uma qualificação ainda melhor do projeto debatido anteriormente nas diversas ocasiões que mencionei.

Trata-se de uma iniciativa que não é mera reprodução da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, extinta no ano de 1990 pelo então Presidente da República, Fernando Collor de Mello, vez que não apenas trata no outro contexto das relações federativas, pós-constituente, como faz a sua interveniência necessária, e isso será exposto no debate de hoje com outras reformas da organização do Estado brasileiro em curso, em particular, uma delas, já mencionada pelo Deputado Riva, que é a reforma tributária e o debate em torno da existência ou não de incentivos fiscais e da parte de quem esses incentivos fiscais deverão ser revistos, organizados e controlados, se dos entes federados envolvidos, municípios e Estados da região Centro-Oeste ou se também do ente Governo Federal. Boa parte da exposição que o nosso relator fará seguramente tratará desses temas, inclusive.

Já no nome, no título, há uma outra diferenciação importante: trata-se da consolidação de uma Superintendência de Desenvolvimento Sustentável e o eixo da sustentabilidade, já apontado aqui no discurso inicial do Presidente da Assembléia Legislativa ao mencionar, por exemplo, a introdução inovadora do índice de desenvolvimento humano como fato redistributivo da parte de arrecadação própria do Estado, o ICMS, frente aos seus municípios, é uma das preocupações que também estão colocadas na reconstituição dessa superintendência, posto que o desenvolvimento sustentável trata simultaneamente não apenas do incentivo às atividades empresariais e produtivas como também da incorporação de melhoria do desenvolvimento humano e social de toda essa vasta região Centro-Oeste do nosso país, com a sua diversidade e mais do que com a sua diversidade, que é um fator de riqueza, com a sua enorme desigualdade em diversos aspectos, entre eles, o desenvolvimento econômico social e humano.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Outra característica importante e inovadora é a capacidade que está prevista na proposta original, dos investimentos oriundos dos recursos da nova SUDECO serem dirigidos à infra-estrutura pública, à ciência e tecnologia, à formação e qualificação de recursos humanos e a investimentos em atividades culturais. Esta é uma peculiaridade do novo projeto que, evidentemente, enfrenta dentro da nossa região problemas importantes, dentre eles o estrangulamento que temos para a promoção do desenvolvimento, o estrangulamento da infra-estrutura e da logística, o estrangulamento da formação de mão-de-obra qualificada, que é detectado em qualquer levantamento que se faz do ponto de vista daquilo que é o projeto de desenvolvimento para o presente e para o futuro dos nossos Estados e do Distrito Federal. Como também o aproveitamento de uma riqueza de uma diversidade cultural, provavelmente, sem igual, no território brasileiro, dado não apenas a diferente origem da ocupação que tiveram as diversas parcelas do território e da região, como o momento em que vivemos nesta atualidade, em particular, o desenvolvimento do agronegócio fundamentado na atividade primária e que, necessariamente, não apenas reclama melhores condições para viabilizar os seus empreendimentos, como aponta a necessidade de agregar valor e repartir renda no interior do nosso território também. Ao mesmo tempo, há que se considerar que a nossa região é a segunda maior em volume de assentados e assentadas do país, que a incorporação desses segmentos também produtivos da agricultura familiar no cenário do desenvolvimento econômico social se faz de maneira absolutamente inadiável. Ao mesmo tempo queremos aqui indicar que para além daquilo que vamos apresentar no ponto de vista da acumulação feita pelo Relator, em nome da Comissão Especial, é fundamental que na oportunidade da audiência pública nós possamos também recolher os subsídios que farão com que o relatório do Deputado Federal Sandro Mabel, ao final do processo de debate dessas seis audiências, possa ser apresentado para apreciação das Sr^{as} e Srs. Parlamentares, que decidiremos em nome do povo brasileiro, não apenas em nosso nome, ou do mandato que cada um ou cada uma das Parlamentares recebemos em cada um dos Estados.

A decisão soberana do Congresso Nacional coloca-nos na condição de, como Bancada Regional do Centro-Oeste, ter fortalecido a nossa opinião, para que tenhamos a decisão mais consentânea e mais unificada possível, em função, evidentemente, de fazer com esta posição unificada possa contrapor a força de outras bancadas que também disputam recursos das mesmas fontes, em particular, recursos do Tesouro Nacional. E dada a conformação do Congresso Brasileiro, ainda somos, em boa parte, vítimas da distorção da proporcionalidade da representação dentro do Parlamento, em especial na Câmara dos Deputados, onde a nossa Bancada, no caso, de Mato Grosso, é apenas de oito Parlamentares, e somada a Bancada inteira da região Centro-Oeste não chegamos sequer à Bancada do Estado da Bahia, quarenta e um no conjunto de Deputados.

Esta situação, portanto, leva-nos a consolidar nessas quatro audiências públicas uma opinião que cada vez mais qualifique projetos, mas ao mesmo tempo em que nos fortaleça em posições que unifiquem os conjuntos dos interesses dessas quatro unidades federadas.

Desejo, portanto, que a audiência possa ter essa qualificação desejada, é a primeira da série de seis que vamos fazer, acrescentada à responsabilidade também. E desde já quero deixar todos e todas, convidadas e convidados, para a última e a penúltima que se realizarão em Brasília. A penúltima delas, provavelmente, com a presença dos últimos três ex-Presidentes da SUDECO, que têm uma vasta experiência daquilo que foi o antigo exercício da Superintendência, e a última delas, provavelmente, com a presença dos quatro Governadores de Estado.

Nós queremos, agora, informar sobre os procedimentos relativos a esta audiência pública. Caso haja interesse de alguém da platéia em interpelar o nosso Relator, ou qualquer outro dos membros da Mesa, poderá fazê-lo com prévia inscrição junto ao Cerimonial da Assembléia Legislativa, estritamente sobre o assunto, Projeto de Lei Complementar nº 184, conforme preceitua o Regimento Interno, como também da Câmara dos Deputados. O interpelado terá três minutos para resposta.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Convido, neste momento, o meu caro colega, Deputado Federal Sandro Mabel, que disporá de quinze a vinte minutos para sua explanação inicial, conforme preceitua o Regimento Interno de ambas as Casas Legislativas. Com a palavra, o nobre Deputado Federal Sandro Mabel.

O SR. SANDRO MABEL - Boa-tarde a todos!

Gostaria de dizer da minha alegria de estar participando desta audiência pública.

Nós estreamos aqui no Estado de Mato Grosso, primeiro porque o nosso Presidente é de Mato Grosso, segundo porque o nosso Coordenador da Frente Parlamentar do Centro-Oeste também é de Mato Grosso, terceiro para assegurar que se aparecer alguma emenda dizendo que Mato Grosso tem que ser excluído porque já está na SUDAM, nós não vamos acatá-las de forma nenhuma... (RISOS E PALMAS.)

Mas isso aqui é uma homenagem a um Estado que, graças a cada um de vocês que estão aqui com muita luta, tem progredido de uma forma espetacular. Realmente, o Brasil está mudando o eixo de desenvolvimento para o Centro-Oeste. Goiás, Mato Grosso, tem sido fronteiras agrícolas que estão dando uma sustentação a nossa balança comercial, ao Brasil, por isso nós tratamos esses Estados com carinho especial.

Eu sou Deputado Federal pelo PL, no Estado de Goiás, portanto, aí o entusiasmo pelo Centro-Oeste.

Eu queria cumprimentar o nosso Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Riva, em nome do qual cumprimento todos os Deputados e Deputadas aqui presentes. Agradeço a oportunidade de fazermos uma Audiência em conjunto para tratarmos de um assunto tão importante

Cumprimentar o Deputado Carlos Abicalil, Presidente dessa Comissão que estuda a recriação da SUDECO; cumprimentar o nosso companheiro, Senador Jonas Pinheiro, que tem sido coordenador da Frente Parlamentar do Centro-Oeste, que na reforma tributária teve um papel importantíssimo na luta que tivemos para segurar - e vamos falar um pouco sobre isso daí - uma ação que os Estados do Sul têm feito, olhando o Centro-Oeste de costas.

O Brasil tem sido administrado, muitas vezes, olhando para o mar. E nós precisamos que os governantes desses Estados mais desenvolvidos, que estamos ajudando a crescer, estejam olhando o Brasil, também olhando o Centro-Oeste. Não olhando para o mar, mas olhando o Centro-Oeste que cresce, que se desenvolve. E aqui há paulistas, há sulistas, pessoas de todas as regiões, como eu, que fui para Goiás e já fui paulista um dia. Hoje, eu não sou mais. Há muito tempo! Mas já fui paulista um dia e, com isso, nós ajudamos a crescer muito a região Sudeste, a região Sul. E essas regiões hoje precisam reconhecer a vontade, o dinamismo que tem o Centro-Oeste para também deixá-lo crescer.

Eu queria cumprimentar a minha colega, Deputada Celcita Pinheiro, Deputada de muita luta no Congresso Nacional, que Mato Grosso mandou para lá.

Cumprimento os nossos Secretários, em nome do atuante Secretário da Fazenda, que tem feito um trabalho brilhante na reforma tributária; cumprimentar todos os Secretários Municipais, Estaduais aqui presentes; cumprimentar todos os companheiros da área federal que aqui estão, em nome do Otaviano, que representa o Sr. Athos Magno, que é Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste; Senhoras e Senhores, imprensa.

E quero dizer que nós vamos fazer uma exposição rápida, passando pelo Centro-Oeste, falando um pouco da SUDECO, para que possamos escutar um pouco mais, como relator, do que propriamente falar a linha que os Estados ou a contribuição que vocês podem trazer para esse Projeto.

Bom, o Centro-Oeste é composto por quatro Estados. A região Centro-Oeste tem um potencial econômico muito grande. Nós temos uma superfície de 1.600.000km², com cerca de onze milhões de habitantes, no censo demográfico de 2000, que corresponde a 6,8% dos habitantes do país.

Essa realidade aponta para a elaboração de um planejamento estratégico, que lida com os aspectos sociais, econômicos, ambientais e geográficos. Como o Deputado Abicalil disse e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

como o Deputado Riva também colocou no seu pronunciamento de que a região Centro-Oeste precisa otimizar mais os recursos que vem para cá. Nós precisamos parar de pensar nos nossos estados e pensar na região como um todo, a integração dessa região como um todo, e assim passam aí as ferrovias, as hidrovias, os planejamentos agrícolas, a instalação da industrialização.

A nossa vocação, como, por exemplo, o Estado de Mato Grosso lançou um programa grande de algodão que, em Goiás, também acabou pegando, e na região como um todo tem sido desenvolvido e isso faz com que as primeiras tecelagens venham, as primeiras fábricas na área de confecção também venham e isso vai dando um impulso muito grande.

Nós precisamos parar de exportar matéria-prima. O nosso boi não pode mais ir de pé morrer em São Paulo. O nosso boi tem que morrer aqui. O nosso couro não pode mais ir *in natura* para outros centros, ou seja, sofrendo um processo. O nosso couro tem que ir embora daqui como sapato, como bolsa, como cinto, como couro para fazer estofamento de carro. E assim é a nossa soja, o nosso algodão, o nosso milho, cada vez mais temos que agregar valores, é o que a reforma tributária tem nos impedido de uma certa maneira.

Os problemas sociais... O nosso índice de pobreza tem melhorado ao longo dos anos. Mato Grosso é o 19º colocado. Quer dizer, a colocação quando mais perto do primeiro é pior. Então, nós temos que ser longe mesmo. Mato Grosso é o 19º; Goiás é o 20º; Mato Grosso do Sul é o 22º; e o Distrito Federal é o 23º. Então, nós temos uma colocação em torno de vinte e um por cento, vinte, vinte e poucos por cento, o nosso índice de pobreza.

E aí mostra os recursos que seriam necessários, através aí desse valor dos recursos necessários para extinguirmos essa pobreza.

Os indicadores sociais... A nossa condição de saneamento, luz, os domicílios... A região Centro-Oeste tem uma situação em relação ao Norte e ao Nordeste boa, porém menor do que a média que é de 76%. Nós temos um índice de esgoto muito baixo; o índice de coleta de lixo esta acima da média nacional; e o de luz elétrica que está aí dentro da média nacional também.

Nós temos um problema de que precisamos trazer cada vez mais pesquisadores, técnicos, doutores para a nossa região e a nossa região perde apenas para a região Norte, quer dizer, é o contrário, nós só estamos na frente da região Norte no número de técnicos, doutores, especialistas, mestres, enfim, a nossa região é carente disso. É por isso que a agregação de valores faz com que você comece a agregar esse outro tipo também de mão-de-obra cada vez mais qualificada.

Na educação, no número de cursos de pós-graduação por regiões, também vemos aí o Centro-Oeste apenas na frente da região Norte, um pouco devido à população, mas um pouco devido também à falta de oportunidade depois dessa pós-graduação. Nós temos aí um perfil econômico e social da região, que mostra o nosso ranking na participação do Produto Interno Bruto-PIB em 2001. Nós temos o Distrito Federal em 8º, Goiás em 10º e os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em 15º e 16º lugares, com potencial para melhora.

Agora, o que nós temos grande é uma malha rodoviária - muito extensa. A malha de pavimentação - pavimentada e a não pavimentada -, nós temos entre a pavimentada e a não pavimentada uma extensão muito grande. O Centro-Oeste é 31% da malha não pavimentada e 14% da malha pavimentada, uma das maiores malhas do Brasil, com 23%, ficando apenas atrás da malha do Nordeste. Por outro lado, os recursos da CIDE, quando divididos, podemos ver que o Centro-Oeste não foi aquinhado na mesma proporção da malha rodoviária que tem. Então, o Centro-Oeste tem muita malha rodoviária, mas a CIDE, novamente beneficia o Sul e principalmente o Sudeste. Estados que, se fôssemos usar o critério que Mato Grosso usa de IDH para a malha rodoviária, estaríamos tendo um maior fluxo de recursos e não temos esse fluxo de recursos.

Nós temos um potencial de exportação da *agrobusiness* grande e esse potencial de exportação não é só a exportação *in natura*, que é esse o cuidado que temos que ter. Nós temos que exportar cada vez mais industrializando. Esse é o segredo de uma região para se desenvolver. É para isso que estamos brigando dentro da Reforma Tributária e é para isso que estamos brigando

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

também na Superintendência de Desenvolvimento Sustentado do Centro-Oeste, exatamente para que nós possamos criar estrutura para agregar valores, onde nossos filhos e netos vão ter condições de trabalhar, não só na agricultura, mas também na indústria, no comércio, no serviço.

A SUDECO:

A nossa capacidade instalada de energia é próxima a 20%. Então, temos um potencial importante. Quando formos ver o inventário que existe, temos, por exemplo, em Goiás, que conheço de cor, oito milhões de capacidade instalada, e temos mais seis milhões de potencial já inventariado. Nós temos quase o dobro dessa capacidade, o que ajuda a alavancar a industrialização e tudo mais.

O perfil:

Ainda, hoje, as linhas estratégicas de desenvolvimento para o Centro-Oeste apontam para a necessidade de tratamento diferenciado para a região, assim como é dado ao Norte e ao Nordeste. Nós não podemos cair nesse conto: “o Centro-Oeste é rico, o Centro-Oeste não precisa mais de nada, o Centro-Oeste é rico”, e nos deixar aqui a nossa própria sorte, não. O Centro-Oeste cresceu e vamos ver à frente, porque nós cortamos da própria carne nossa, dando incentivos estaduais... E assim fizemos o nosso desenvolvimento. Se fôssemos depender, muitas vezes, dos Governos federais que passaram nos últimos anos, não teríamos desenvolvimento no Centro-Oeste. Costumo dizer que o Centro-Oeste cresce, porque nós somos teimosos e competentes, sobretudo teimosos. Então, é assim que queremos ter o tratamento, também diferenciado. Logicamente, não temos tanta necessidade como o Nordeste tem, em função de secas e tudo mais, mas temos a necessidade de poder ter recursos para continuar desenvolvendo.

Para se ter uma idéia, nas estimativas de incentivos fiscais, na evolução dos incentivos federais, houve uma involução. Ou seja, em 98, se gastou 47 bilhões de incentivos federais no Brasil; 42 bilhões, em 99; e em 2002, 35 bilhões. Na posição inversa os Estados foram colocando mais incentivos fiscais para continuarem atraindo novos empreendimentos. Então, houve um crescimento de 14 para 16 para 24.

De incentivos fiscais no País, tivemos, no Centro-Oeste, apenas 375 mil, em 99; e baixamos para 310 mil em 2002. Enquanto os estaduais cresceram de 2,8 para 4 bilhões. Então, o que podemos observar aqui é que no Brasil de 24 bilhões que são gastos em incentivos fiscais federais, o Centro-Oeste inteiro recebe apenas 310 milhões... Desculpem-me, 24 bilhões, é isso... 35 bilhões que foram gastos, e recebemos apenas 310 milhões.

Então, quer dizer, é um número muito pequeno para uma região que precisa ainda de desenvolvimento.

Mudando o *slide*, traz aqui os incentivos fiscais totais federais no Brasil, os incentivos no Centro-Oeste novamente, os federais e os estaduais. E os incentivos fiscais setoriais federais que, no Brasil, é 1,9 bilhões de gasto com a agricultura e na indústria 5,7 bilhões por ano.

Então, passamos para o próximo quadro e vamos ver que os incentivos fiscais federais, que são 42 bilhões por ano, o subsídio, segundo o critério, são distributivos. Então, nós vamos ver aqui: o desenvolvimento regional ganhou 14% disso, as políticas sociais ganharam 28% e as políticas setoriais ganharam o restante de 58%.

Na distribuição de subsídios destinados às políticas regionais, segundo as regiões do país, o Centro-Oeste ficou apenas com 6%. Está aí novamente o Centro-Oeste levando a menor parte. O Norte ficou com 62% e o Nordeste ficou 28%. O regime automotivo regional... Olha, para se ter uma idéia do incentivo fiscal, o quanto é sério, como o Governo não aplica no Centro-Oeste... Aqui o regime automotivo recebeu quase a mesma coisa que o Centro-Oeste inteiro recebeu de incentivos. Quer dizer, é muito pouco! E o Sudeste representa 0,2%.

Neste gráfico IV, na distribuição dos subsídios destinados às políticas setoriais, segundo os setores de atividade econômica, nós tivemos no comércio exterior que são os subsídios da exportação, 59%; na agropecuária, 8%; serviços, 12%; e indústria, 21%.

Mais um quadro para frente, nós vemos que o Estado tem cortado da própria pele para poder fazer os incentivos fiscais. Então, Goiás cortou 60% da sua Receita; Mato Grosso do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Sul, 53%; e Mato Grosso, 51% que foram dados em incentivos fiscais para que nós pudéssemos atrair. Lá em Goiás, eu tenho um termo que uso há muitos anos, porque eu defendo os incentivos fiscais. Eu não defendo guerra fiscal, não! Defendo os incentivos fiscais! Tem um termo que eu uso, que é melhor recolher 30% - que é o que o nosso programa dava - de alguma coisa, do que 100% de nada! E foi com essa máxima que nós fomos crescendo, trazendo novas empresas: "Ah! Está abrindo mão de Receita!". Não! A Receita não ia existir! Ela existe, porque nós atraímos, como vocês aqui em Mato Grosso atraíram uma industrialização importante.

Mais um quadro em que a região Centro-Oeste novamente fica em desvantagem são os incentivos fiscais federais. Pelas regiões beneficiadas:

- Imposto de Renda incentivado: o Sul e o Sudeste não têm, o Nordeste e o Norte têm e o Centro-Oeste não tem;

- incentivos para exportação e importação: o Sudeste e o Centro-Oeste não têm, o Norte e o Nordeste têm;

- IPI incentivado: o Sul e o Sudeste não têm, o Nordeste e o Norte têm e o Centro-Oeste tem para algum tipo de indústria;

- IOF incentivado: o Norte e o Nordeste têm, ficando o Sul e o Sudeste comparado com o Centro-Oeste. Parece que nós temos o mesmo desenvolvimento.

Nos fundos constitucionais nós temos uma parcela menor e não temos fundo de investimentos para os que são incentivados também.

Então, mostra mais uma vez o quanto nós estamos atrasados em termos de incentivos, no olhar do Governo federal.

As perdas com a reforma tributária, é uma coisa seriíssima o que vem acontecendo. Para se ter uma idéia, se nós deixarmos passar a atual reforma tributária, nós vamos ter aí, no Distrito Federal o IMCS atual. Nós temos dois bilhões e seiscentos milhões de arrecadação; com o ICMS da reforma, um bilhão, novecentos e noventa e nove milhões. O Distrito Federal perde seiscentos e trinta e dois milhões, ou 24% da sua receita. Goiás perde oitocentos e cinquenta e um milhões. Mato Grosso perde seiscentos e vinte e um milhões e Mato Grosso do Sul, quinhentos e dezenove milhões, isso, simplesmente, inviabiliza o Centro-Oeste. O Secretário de Fazenda pode responder para nós se, com menos 30%, ele consegue tocar o Estado para frente. É praticamente impossível.

No quadro seguinte nós temos as perdas com a reforma tributária, um exemplo de Mato Grosso que, aliás, tem sido muito ativo. Quero cumprimentar as Secretarias de Fazenda e de Indústria e Comércio. O pessoal tem dado um suporte espetacular em termos de reforma tributária, em forma de dados. Não é, Senador?

Parabéns pelo trabalho dessa turma que tem dado um suporte grande.

Então, está aí o demonstrativo de onde estão as perdas de seiscentos e vinte e um milhões que Mato Grosso tem, que vão, principalmente, na parte de combustíveis e comunicação. Nós vamos ter perdas muito grandes em Mato Grosso e nos outros Estados.

O efeito da reforma tributária é o comprometimento em razão das perdas generalizadas. A constitucionalidade da PEC ficaria comprometida em função de se constatar a dificuldade, sobrevivência dos entes federados da região Centro-Oeste. A etnomia jurídica, a lei complementar exige equilíbrio fiscal versus lei complementar que compromete o equilíbrio fiscal, que é o projeto. É o caso do ressarcimento que não é integral, muitas vezes.

O cancelamento dos benefícios fiscais concedidos poderia causar uma insegurança jurídica, descontinuidade de investimento e perda da credibilidade do País. Outros efeitos são o aumento das desigualdades econômicas e o aumento das desigualdades sociais, proliferação de bolsões de pobreza e o comprometimento também do meio ambiente que, então, nós passaríamos a ter o extrativismo maior que seria a condição de nós voltarmos a desenvolver apenas com os recursos naturais que nós temos.

Muito bem, esse aí é um quadro básico que nós temos defendido contra a reforma tributária. Nós não temos sido contra a reforma tributária, mas temos sido contra o tratamento dessa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

forma, eu chamaria até de forma muitas vezes sem um conhecimento necessário e colocar o ICMS dentro dessa reforma tributária. Ele causa um dano para os nossos estados. É espetacular o dano que ele causa. Vão acabar com o Centro-Oeste, vão fechar aqui e traçar o Centro-Oeste. Nós não podemos permitir porque não tem nenhum estado nosso que consiga sobreviver com menos 30% de receita. É impossível sobreviver com isso, sendo que os Estados não têm nem capacidade de investimento desse tamanho. Nós não iríamos falar: vai parar o investimento. Não, vai parar a máquina inteira, o Estado inteiro. Sem contar que, com a forma que vamos passar a reforma, nós vamos ter a evasão de certas empresas que hoje se instalam aqui, que vão deixar de voltar mais perto dos centros consumidores, fazendo com que o nosso povo tenha que mudar atrás das empresas, ao invés de trazermos as empresas para processar onde a matéria-prima existe.

Então, o Senador conhece a minha bancada, aliás, a nossa bancada do Centro-Oeste - estou aqui fazendo uma injustiça falando na primeira pessoa. A bancada do Centro-Oeste tem sido eficiente no ponto, tanto que a reforma tributária não passa, porque a bancada do Centro-Oeste tem segurado de uma forma dura até que se separe o ICMS, discuta ele com calma para que nós possamos criar mecanismos em que todos os estados possam ter condição de sobreviver.

Mas aí vem essa nova visão, deixando a reforma tributária de lado, porque é ruim. Vamos começar no que é bom, que é a possibilidade de nós criarmos aí a nova SUDECO. O Presidente Lula teve a sensibilidade de retornar a criação da SUDECO, um compromisso que ele fez de campanha. Resgatou esse compromisso, mandou essa lei da SUDECO. Ela é uma superintendência em que os pontos básicos são os seguintes: a antiga SUDECO foi extinta em 1990, ela fez um trabalho de expansão do Centro-Oeste na década de 70 a 80, porém, naquela época, existia esse fluxo de desenvolvimento. Não é Senador? Como hoje existe a necessidade dessa integração, sobretudo como o nosso Deputado Federal Carlos Abicalil colocou e o nosso Presidente também, que é a pressão logística, porque não adianta plantarmos muito mais soja aqui e em Goiás, nós não vamos ter como levá-las embora, porque nós temos ferrovias. A Serra dos Tigres, perto de Minas Gerais, não passa mais do que cinco mil vagões mensais, o que não permite que exportemos mais por lá. Se não fizermos essas ferrovias, ligando por Rondonópolis, se não fizermos a nossa hidrovia, para sairmos pelo Porto de Itaquí, no Maranhão, se não fizermos a nossa Cuiabá/Santarém, que é importante... Então, são coisas que integram a região e darão condições para voltar o desenvolvimento. É por isso que a SUDECO, hoje, volta com uma força, uma necessidade maior.

No contexto que foi concebida carecia de quadro de pessoal técnico qualificado e contou com incentivos fiscais, como a SUDAM e a SUDENE.

Isso foi novamente avaliado na elaboração do projeto de lei complementar que cria a nova SUDECO. Eu acompanhei a criação da nova SUDECO desde que o Presidente autorizou, lá em Mato Grosso do Sul, em uma feira. O Ministro Ciro Gomes era contra a criação da SUDECO, mas o Presidente autorizou e nós começamos a criar. A lei não saiu como nós gostaríamos que ela saísse. Por quê? Porque senão ela emperraria e não sairia. Então, nós preferimos trazer o debate, como estamos trazendo hoje, para que possamos, através das audiências públicas, ter mais subsídios e levarmos a SUDECO à frente.

A nova SUDECO terá a missão de articular os agentes, apoiar e promover o desenvolvimento sustentável da região Centro-Oeste.

A nova SUDECO é uma autarquia supervisionada pelo Ministério da Integração Nacional, com sede em Brasília. Como autarquia especial, a SUDECO será dotada de flexibilidade administrativa e financeira, suporte institucional e técnico.

As áreas de atuação são os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins que está querendo entrar na SUDECO. Isso nós discutiremos entre as bancadas, mas já puseram o pé lá dentro, puseram os membros na Comissão e começaram a trabalhar.

As principais finalidades, como consta no projeto de lei, são:

- promover o desenvolvimento sustentável e a integração competitiva regional;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

- apoiar em caráter complementar os investimentos públicos e privados na área de infra-estrutura. Isso é muito importante. Eu acredito que com a SUDECO, com um bom trabalho, nós vamos conseguir, inclusive, um orçamento da União, com um volume maior de recursos, principalmente para as modalidades que são de integração, como é o caso de hidrovias, rodovias e ferrovias, de portos, de outras ações de zoneamento agrícola, de industrialização, que fará com que se possa, através da SUDECO, mostrar essa necessidade de toda região e não ficar cada governador puxando a sardinha para o seu Estado.

- identificar, estimular e promover as oportunidades de investimento;
- coordenar programas de assistência técnico-financeira internacional;
- estabelecer políticas e diretrizes de aplicação dos recursos do FCO, que é outra coisa importante. O FCO hoje nem sempre é aplicado com a visão de conjunto, com a visão de desenvolvimento. Ah, nós vamos fazer o algodão crescer, então, nós vamos priorizar a aplicação na plantação, no maquinário, na industrialização, na colheita, na armazenagem, nas estradas, na capacitação da mão-de-obra. Quer dizer, nós podemos fazer alguns programas específicos e sermos fortes em alguma coisa, ao invés de pulverizarmos para tudo quanto é tipo de empreendimento que vai aparecendo. Hoje não existem prioridades em cima disso daí, que é importante para a região crescer com mais firmeza.

- gerenciar a região integrada de desenvolvimento do entorno de Brasília, que é uma região complicada, que fica em torno do Distrito Federal que pertence a Goiás e que precisa, realmente, também de um desenvolvimento mais acelerado, porque ali se criou um bolsão, inclusive de criminalidade, muito acentuado e os governos, agora, têm feito um esforço para reduzir isso daí e melhorar os índices de desenvolvimento em geral.

O Conselho de Desenvolvimento do Centro-Oeste é integrado por Ministros, Governadores, representantes de municípios, classe empresarial, trabalhadores, ONGs, Superintendente, diretoria colegiada, a quem cabe a administração geral da autarquia e o cumprimento das diretrizes e propostas aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento do Centro-Oeste, e também Procuradoria-Geral de Advocacia-Geral da União, Conselho Deliberativo, Conselho Administrativo da RIDE, Ouvidoria e Auditoria.

A SUDECO tem como fontes principais de receita: dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento da União, convênios, acordos e contratos celebrados com entidades e organismos ou empresas nacionais e internacionais, receitas próprias e outros recursos definidos em lei.

Nós temos depois, para a sua execução... Ou, então, nós temos recursos aí, que é o próximo *slide*, do FCO, financiamentos e organismos internacionais. Aqui que o Presidente colocava que existe condição, uma vez organizada, para se trazer esses financiamentos, e ela está aí também encarregada de aprovar a aplicação, a gestão, a utilização dos recursos do FCO, do Tesouro Nacional, de financiamentos internacionais e outras fontes legais, públicas e privadas.

A SUDECO encontrará na sua criação um ambiente de grandes potencialidades na região, uma capacidade de crescimento regional, posição geográfica, tudo isso que conhecemos, que a nossa região tem.

Alguns fatores negativos que temos também são: heterogeneidade nos níveis de renda; economia pouco diversificada, mas que vem melhorando; desigualdades intra-regionais e sociais que também são acentuadas em algumas regiões; elevado custo de logística e escoamento de produção, que é o fator principal no qual temos que concentrar, uma vez que já vimos que a nossa vocação é produção; estrutura de transportes e serviços que não atende ainda a demanda; crescimento populacional desorganizado e que às vezes compromete a infra-estrutura, que também vem melhorando; e déficit de mão-de-obra especializada e de um centro de formação educacional.

O que nós sentimos? Por exemplo, em Goiás, nós levamos uma grande indústria para o sudoeste de Goiânia, na cidade de Rio Verde, a Perdigão. O que aconteceu? A mão-de-obra que poderíamos estar ocupando lá de goianos ou de mato-grossenses, estamos trazendo do Sul do País, por não termos mão-de-obra qualificada para exercer as funções que existem. Então,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

precisamos fazer com que a nossa mão-de-obra seja capacitada, para que cada posto de trabalho que possamos abrir, possamos ir assentando a nossa gente ou pessoas que moram na nossa região. Não podemos falar só de goianos ou de mato-grossenses, mas de pessoas que residem na região Centro-Oeste.

Alguns problemas que temos na SUDECO, em comparação à SUDAM e à SUDENE, é que não teremos a competência para administrar os incentivos. Diferente do que está previsto na SUDAM e na SUDENE, essa competência é ainda através dos fundos e dos conselhos e precisamos ver se reformataremos isso.

Não terá comando legal para a promoção de desenvolvimento econômico, social, cultural e proteção ambiental por meio de adoção de políticas diferenciadas para as sub-regiões em relação ao cerrado. Quer dizer, nós não temos esse comando legal para fazer essa promoção, como também não temos a condição de administrar incentivos fiscais e financeiros e não tem um conselho deliberativo próprio. Nós temos conselhos deliberativos do Fundo do Centro-Oeste e do Conselho de Desenvolvimento.

Então, a SUDECO é criada da forma como foi concebida e vira um órgão, que também é importante, mas um organismo de planejamento, de reorganização e tal, mas não de levar o desenvolvimento de recursos, como é a questão dos incentivos fiscais.

Mato Grosso sofre menos com isso porque está na área da SUDAM também e conseqüentemente já tem esse incentivo vindo de outra fonte. Existem incentivos através da SUDAM.

A nova SUDECO, desde o primeiro debate para a sua criação, tem recebido contribuição de vários setores representativos: empresários, governos, políticos e sociedade. Nesse contexto, no momento de elaboração da lei que definirá os rumos da SUDECO, faz-se necessária a continuidade dessa participação e é para isso que nós estamos aqui hoje. Portanto, queremos agradecer a participação de vocês, hoje, aqui. Estamos vendo um auditório com a presença qualificada. E dizer que é exatamente a partir dessas idéias, dos debates, das colocações é que vamos conseguir criar uma SUDECO mais robusta, mais eficiente e que não seja apenas uma superintendência para se criar uma autarquia, para se criar mais alguma coisa. Mas que ela possa efetivamente trazer o desenvolvimento cada vez mais para o Centro-Oeste.

E, no final, temos algumas sugestões que foram colocadas já. São incentivos fiscais federais, um tratamento para atrair novos investimentos, que é o que o Governo Federal não quer nem ouvir falar nesse assunto, mas que vamos estar trabalhando para isso também.

Não limitar os recursos somente aos fundos constitucionais. Encontrar meios para criar incentivo fiscal setorial, que são incentivos fiscais para as cadeias produtivas, como vínhamos falando do algodão, da soja, do boi, e daí para frente.

Equalização da alíquota do FCO, do FNO. Nós trabalhamos para ter um dinheiro de recurso igual o que se oferece no Nordeste e equalizar a composição da diretoria colegiada, aumentando de 3 para 4 diretores que possibilitaria um diretor em cada Estado, apesar de que eu acho que isso é um ponto, é uma sugestão, mas como temos um presidente e três diretores, teoricamente, os quatro Estados estarão contemplados sempre no conselho.

Portanto, esta é a exposição preliminar. E agradeço a oportunidade. Estaremos abertos para seguir a Audiência. Muito obrigado, Sr. Presidente (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS ABICALIL) - Muito obrigado.

Relator, Deputado Sandro Mabel, reitero aos participantes e às participantes que dentro da pasta de material há também um subsídio confeccionado com o comparativo da etapa evolutiva dos dois outros projetos em tramitação na Câmara, que são da SUDAM e da SUDENE e comparativo com o projeto de lei da SUDECO. Ao mesmo tempo que algumas das indicações de alteração apresentadas já pelo Deputado Sandro Mabel estão também incorporadas nesse instrumento de subsídio importante para a Audiência Pública de hoje.

Quero registrar a presença do Sr. Éder de Moraes Dias, Presidente da MT-FOMENTO; Benedito Ferraz, Presidente do SINTUF - Sindicato dos Técnicos Administrativos da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

UFMT; dos vereadores eleitos em Cuiabá, Francisco Vuolo, do PPS, e do Dr. Lúdio, do Partido dos Trabalhadores.

Concedo a palavra, agora, para fazer a sua participação, a partir da Mesa, ao Sr. Otaviano Muniz, Diretor de Promoção de Investimento, que representa aqui o Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Athos Magno.

O SR. OTAVIANO MUNIZ - Boa-tarde a todos os senhores e senhoras presentes.

Gostaria de cumprimentar a Comissão que relata e preside a criação da nova SUDECO, em nome do Deputado Federal Carlos Abicalil, do Deputado Federal Sandro Mabel e do Senador Jonas Pinheiro, Presidente da Frente Parlamentar do Centro-Oeste.

Em nome do Deputado Riva, quero cumprimentar todos os Deputados Estaduais presentes, o Secretário Waldir Teis, o Secretário Yênes Magalhães, representantes do Governo do Estado.

A Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, do Ministério da Integração, já tem como piloto entre os objetivos...

Isso já vem desde o ano de 2000, quando foi recriada, porque em 1990 foi extinta a SUDECO no Governo Collor e a região nunca se conformou e sempre se ressentiu da extinção desse órgão de planejamento e incentivo ao desenvolvimento regional.

Em 2000, o Presidente Fernando Henrique criou, por Medida Provisória, uma Secretaria Extraordinária dentro da estrutura administrativa do Ministério da Integração para começar a resgatar esse compromisso com a região Centro-Oeste. E essa Secretaria tem uma estrutura pequena, tem poucos funcionários e o objetivo dessa Secretaria é ser a mola propulsora, organizadora da criação da SUDECO, como autarquia especial, com dotação orçamentária e financeira, e com condições de executar os Programas de Desenvolvimento Regional. Então, nós fizemos no ano passado, em 2003.

Como Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o Dr. Alexandre César, que é aqui de Mato Grosso, conduziu quatro Audiências Públicas em Brasília, Goiânia, Cuiabá e Campo Grande, com toda sociedade civil organizada - possivelmente muitos que estão presentes aqui participaram daquelas audiências - e os técnicos da Consultoria do Ministério da Integração que trabalharam no plano de recriação da SUDAM e da SUDENE foram cedidos também para acompanhar esse trabalho. E finalizou com o documento básico, que é o que estou aqui na mão, encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional, propondo a recriação, que é a minuta desse PL que está aí sendo relatado pela Câmara dos Deputados, que vai passar pelo Senado e deve, agora com a retomada dos trabalhos legislativos no começo de 2005, virar lei e depois vir à fase de concurso público, organização administrativa da estrutura da SUDECO.

O Deputado Sandro Mabel colocou muito bem, eu não vou repetir, os objetivos da SUDECO. E quero colocar, o Senador Jonas Pinheiro que é criador, tem outros Parlamentares, mas o Senador Jonas Pinheiro foi um dos formuladores desses recursos para o desenvolvimento constitucional na Constituição de 88, sendo assim naquele momento que nasceu o FCO para a região Centro-Oeste. Eu quero colocar para vocês uma visão pragmática, e acho que é importante, porque quando está a comparação da SUDAM, SUDENE e SUDECO, está se falando em incentivo fiscal para a região Nordeste e Norte. Sabe-se, está muito claro no Governo Federal, que a equipe econômica pressionada por necessidades de ajuste fiscal, de metas macroeconômicas, todos sabem que o país vive um contingenciamento fiscal terrível, ela não admite se falar em incentivo fiscal, porque a renúncia fiscal, de Imposto de Renda, IPI, para repetir aquela legislação criada em 67 que foi a SUDAM e a SUDENE. Com a crise próximo do ano 2000, a crise de governabilidade desses órgãos da SUDAM e SUDENE, criou-se uma imagem ruim no país com os escândalos da SUDAM e da SUDENE. Então, revogou-se com medida provisória todo aquele incentivo que permitia que as empresas de todo Brasil pudessem deduzir, podendo chegar até 20% do Imposto de Renda devido e do IPI devido para investimentos e projetos no Norte, Nordeste, incluído na região Norte o Estado de Mato Grosso. Então, parece-me que está consolidado hoje na república que essa fase

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

chegou ao fim. Essa é uma visão pragmática. Pode até ser que a luta da Bancada do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, consiga reverter isso, mas parece-me que isso chegou ao fim.

Então, nós estamos discutindo como trazer fontes de financiamentos porque para ser uma SUDECO do jeito que é a Secretaria do Centro-Oeste, hoje, o Ministério da Integração e o próprio Governo Federal inteiro, ele tem quatro programas que estão no PPA e no Orçamento da União que trabalham o desenvolvimento regional, é o PROMESE - Programa de Inclusão de Região de Economia Estagnada, o PROMOVER, o PRO-ÁGUA que é um Programa da região do semi-árido do Nordeste.

Eu estou vendo aqui, até gostaria de saudar o ex-Deputado Bento Porto, que foi Conselheiro da SUDECO. A SUDECO tem uma história belíssima porque dos anos 60 aos anos 80, ela teve uma atuação muito forte. Então, nós tínhamos os programas de desenvolvimento regional PRODOESTE, PRODEGRAM - Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados, o PRODEPAN-Programa de Desenvolvimento do Pantanal, o POLONOROESTE, o POLOCENTRO, que eram programas que estavam no Orçamento da União e no momento em que o país tinha ainda uma certa capacidade de investimento. Então, esses recursos foram fundamentais e a SUDECO aplicou muito, influenciou e ajudou muito em construção de estradas, de infraestrutura econômica da região, só que neste momento está difícil conseguir fontes de recursos orçamentárias pelas restrições de investimento e também de incentivo fiscal.

Então, eu quero sugerir que seja apenso a esse trabalho do projeto de lei do SUDECO, pensando num ponto de vista macro, onde tem recurso de longo prazo no Brasil hoje é no FAT. O FAT-Fundo de Amparo ao Trabalhador, que tem o PIS/PASEP de todas as pessoas jurídicas do Brasil, que recolhem 3% de sua folha de pagamento para contribuição ao PIS/PASEP, 40% desses recursos, compulsoriamente, é repassado pelo BNDES e o BNDES aplica nos seus programas de financiamentos, basicamente, 92% disso na região Sul e Sudeste.

Esse recurso, o Ministério da Integração, numa luta de todo Centro-Oeste, da Bancada, de todas lideranças sociais, políticas do Centro-Oeste, conseguiu criar dentro do FAT uma resolução criando a Linha FAT Integrar, que é o recurso do FAT para o desenvolvimento regional, porque nós temos o FAT da geração de emprego, o PRONAGER, o PROGER, as linhas de financiamentos, capital de giro que é operado pelo Banco do Brasil e 40% de todo recurso do BNDES também vem do FAT. Então, nós criamos uma linha chamada FAT Integrar, que captou diretamente junto ao FAT, ao Banco do Brasil para aplicar como adicional de recurso do Centro-Oeste, um bilhão de reais como adicional à programação, à demanda de recursos do FCO.

O Centro-Oeste tem uma situação de que ele não quer recurso, “bom, recurso é fundo perdido”, até que querer, não vamos dizer que não queremos recurso a fundo perdido, Centro-Oeste eu vejo que não tem condições de ter recurso a fundo perdido. Eu acho que uma alternativa seria consolidar essa linha FAT, integrar e alterar a lei que criou o FAT para fazer apenas uma mudança, porque esse recurso vem corrigido por TJLP. Então, o FAT, eu tive informação semana passada, da Secretaria Executiva do CODEFAT, ele paga o abono salarial e o seguro desemprego. Ele tem reservas mínimas, ou seja, ele está cumprindo em pagar o abono salarial, o seguro desemprego e a capacitação de trabalhadores do Brasil inteiro. Além de atender isso que já está atendendo, ele tem doze bilhões de reais parados. Doze bilhões de reais parados, sendo corrigido pela taxa extra-mercado, aplicados até em títulos públicos da dívida pública.

Então, a solução seria pegar uma linha FAT, integrar e quando ela for para o desenvolvimento regional, ao invés de ela ser corrigida com TJLP, você a pré-fixa, porque isso vai estimular os tomadores, os empreendedores do Centro-Oeste a terem um recurso pré-fixado, que é o meu grande problema.

E a agricultura tem uma aversão, fruto do plano real, das mudanças, porque a TJLP deu uma empinada e endividou todo o setor. Seria conseguir recursos do FAT para o Centro-Oeste pré-fixado quando for para desenvolvimento regional e criar o FAT infra-estrutura. Eu acompanho o grupo de trabalho da BR-163, que é um projeto estratégico do Centro-Oeste, de Mato Grosso, e nós perguntamos aos empreendedores, aos representantes que estavam na reunião das

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

empresas do pólo de Manaus, as *trades* de Mato Grosso, que conta, ou seja, que taxa de juros a BR-163 consegue pagar. Então, pelos cálculos preliminares, eles entendem que a BR-163 pode pagar juros de 10% ao ano. Mais de 10% ao ano o pedageamento que será feito... Quer dizer, se fará uma concessão, se ganhará um consórcio, que irá construir com o financiamento e pagará esse financiamento com os pedágios que serão feitos com veículos acima de quatro toneladas. Só que dentro da equação de retorno desse financiamento, ele não consegue pagar taxa de juros acima de 10% ao ano. Se o FAT serve para estimular a geração de emprego no País, para estimular o desenvolvimento, está atendendo - não estamos dizendo que vamos tirar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador em detrimento das demandas dos trabalhadores - ao abono salarial, ao seguro desemprego e à qualificação de trabalhadores e está sobrando doze milhões. Por que não pré-fixar essa taxa quando for para o desenvolvimento regional e abrir a possibilidade de se ter recurso em uma escala maior? A BR-163, um projeto de cento e setenta e cinco milhões de dólares, é um projeto de seiscentos milhões de reais. Então, com isso, nós poderíamos ter para as parcerias público-privadas, para os consórcios que ganharão as concessões desses projetos estruturantes da região Centro-Oeste, assim como o pólo de fármacos de Anápolis, que demanda recurso de fundo na indústria de sais para ser fornecedora de insumos para a indústria farmacêutica e o pólo siderúrgico de Corumbá, em Mato Grosso do Sul. Então, nós temos no Centro-Oeste grandes oportunidades de investimentos. Não se quer o dinheiro, o recurso, a fundo perdido, até porque está muito claro que, neste momento, não tem mais recurso a fundo perdido.

Então, seria uma alternativa. Eu quero deixar isso como sugestão: propor uma modificação na lei que criou o FAT, tornando-o pré-fixado. Aí teria que discutir com os agentes em que taxa de juros seria pré-fixado esse recurso e destinar com a supervisão da SUDECO, porque a SUDECO terá condições de trabalhar. Porque a função da SUDECO fundamental é organizar uma sinergia.

Os problemas de logísticas e de escoamento da produção são problemas comuns a Mato Grosso do Sul, a Goiás. Todos nós somos produtores de *commodities*, com baixo valor agregado, e que precisamos transformá-las aqui.

Então, é nesse sentido que quero colocar aqui a posição do Ministério da Integração, da Secretaria do Centro-Oeste.

Eu peço licença aos Srs. Parlamentares para me retirar, porque tenho uma audiência marcada com o Governador às 18:00 horas.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS ABICALIL) - Muito obrigado, Dr. Otaviano, pela sugestão e memória que S. Ex^a fez.

A Medida Provisória usa o dinheiro do FAT para equalizar juros do FCO.

O SR. OTAVIANO MUNIZ - A Medida Provisória nº 205 está tirando recurso do Tesouro Nacional para equalizar as taxas do FAT desse um bilhão.

Demorou um ano e meio para sair essa Medida Provisória, porque os sessenta milhões de reais que vai equalizar esse um bilhão está saindo do Tesouro Nacional, da Fonte 00.

Então, o Presidente da República está com a demanda de uma enchente... Contingenciamento do orçamento... Quer dizer, você tem duzentas mil prioridades de equalizar recursos para emprestar, principalmente, para grandes empresas. Na região Centro-Oeste, tem essa dificuldade.

Se tornarmos pré-fixada a taxa do FAP para o desenvolvimento regional, não há essa necessidade de chegar lá e tentar conseguir da Fonte 00 do Tesouro Nacional esse recurso.

O SR SANDRO MABEL - De qualquer jeito ele não vai emprestar dinheiro do FAT, que não é do Governo. O FAT é um fundo do trabalhador. Ele vai emprestar o dinheiro, que pode estar sobrando, porém, numa taxa que alguém tem que equalizá-la, porque ele não vai emprestar menor, a não ser que mude o conceito do Conselho do FAT, que eu acho que é, praticamente, impossível, porque ele empresta para saneamento, não empresta nada sem ser dentro de uma taxa ou alguém tem que equalizar essa taxa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

A Medida Provisória nº 205 - inclusive sou relator dela... O que estou fazendo é ampliando o prazo dela até 31 de dezembro, ao invés de ficar até junho, e aumentando o recurso e ao invés de equalizar um bilhão e oitocentos para se criar sistemáticas, porque, na verdade, esse é um complemento do FCO que nós não temos e estamos complementando devido à demanda. Mais do que isso, o Centro-Oeste, para que os senhores sejam sabedores, usou noventa e tantos por cento, quase 99% dos recursos e a inadimplência no Centro-Oeste é 1,8%, enquanto o Nordeste usou 15% dos recursos e tem uma inadimplência de 45%. Então, o Centro-Oeste mereceu esse crédito especial em função de que ele é eficiente na contratação e no pagamento. A nossa turma aqui contrata e paga.

O SR. OTAVIANO MUNIZ - Muito bem.

Por exemplo, a TJLP está 9,75% ao ano. Então, você faz um empréstimo com 12 anos de prazo, com a TJLP, para a BR-163, por exemplo, ela consegue pagar 9,75%. Agora, se você pré-fixar - significa que daqui a 9 anos esse recurso será 9,75%, igual é o recurso do FCO - isso por lei, não precisa buscar no Tesouro a diferença para poder seguir o risco da TJLP, porque ela pode subir. Então, seria uma forma de disponibilizar o recurso do FAT sem deixar de remunerar o FAT, mas apenas fazendo uma pré-fixação, porque ele se destina ao desenvolvimento regional.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS ABICALIL) - Na verdade, então, essa sugestão que nós vamos levar para o debate mais aprofundado, inclusive com as autoridades fazendárias, por um lado consolida o caminho percorrido no último ano, que foi buscar recursos adicionais dessa fonte para o FCO, evidentemente já tratando na medida provisória do problema da equalização, que é o que Vossa Excelência apresentou aqui e efetivamente esse é um sinalizador importante de que essa matéria que estamos tratando necessariamente dialogará com outras matérias, entre elas, inclusive, os pré-requisitos para se ter acesso, não apenas à aprovação dos projetos, mas o acesso direto ao recurso, porque um dos problemas que temos tido também, e reiteradas vezes foi exposto pelos interessados, é exatamente as garantias que são exigíveis pelo Banco do Brasil para se ter acesso ao recurso e efetivamente colocar o projeto em funcionamento.

Então, agradeço Vossa Excelência pela contribuição e pela representação feita aqui. Sem dúvida alguma, aprofundaremos o debate nas outras audiências públicas que ainda teremos e efetivamente aprofundaremos também as negociações com a área fazendária da União, que seguramente não apenas tem interesse no tema, como já demonstra alguns pontos levantados, que não são dessa matéria especificamente de conflito de interesses que nós, tanto eu quanto o Sandro Mabel e todo o conjunto da Comissão, já tínhamos pré-ciência de que esses conflitos teriam que ser solucionados.

O SR. OTAVIANO MUNIZ - Obrigado pela participação.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS ABICALIL) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, Senador da República e Coordenador da Frente Parlamentar do Centro-Oeste. Ao mesmo tempo registro a presença dos Prefeitos eleitos de Luciara, Dr. Nagib, que está aqui, e de Jaciara, Sr. Max, que também está presente aqui na audiência pública.

O SR. JONAS PINHEIRO - Companheiro da Mesa, senhores e senhoras que participam desta audiência pública, quero ser bem breve, porque estamos indo para o aeroporto, porque temos um compromisso ainda em Brasília hoje e é um compromisso inadiável. Teremos hoje ainda um debate entre a Secretaria da Casa Civil, o Ministério da Agricultura e o Ministério do Trabalho, com respeito ao grave problema do chamado trabalho escravo, que está acontecendo em Mato Grosso, Goiás. E, hoje, esse debate será às 19:00 horas. Portanto, estamos pedindo licença para nos ausentar.

Quero dizer que, como Coordenador da Frente Parlamentar do Centro-Oeste, coordenação que foi criada, cujo coordenador deveria passar um ano, eu já vou para dois anos, e louco para sair... Entretanto, pela idade, pelos anos de mandato, e estar tendo uma resistência principalmente do nosso companheiro Deputado Sandro Mabel...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

O nosso trabalho na Frente tem sido exatamente para consolidar tudo isso que estamos pensando e falando neste instante.

A recriação da SUDECO foi um trabalho intenso que a Frente também patrocinou. A reforma constitucional se não é ideal, não é boa para nós, mas poderia ser muito pior. Mas estamos tentando salvá-la, melhorá-la em relação ao Centro-Oeste, através de leis complementares. A medida provisória do subsídio, da equalização do FCO, como disse o Otaviano, foi uma briga intensa para tê-la, agora já em discussão na Câmara.

Quero também desejar a esta Comissão, à Comissão Especial comandada pelo companheiro Deputado Carlos Abicalil e relatada por este homem extraordinário, que já é goiano, não é mais paulista, Deputado Sandro Mabel, que tem dado uma contribuição e tem sido um crítico positivo para as medidas que têm que ser tomadas em relação - ele é a favor do Centro-Oeste e é o relator desta matéria... Espero que a Comissão Especial faça um bom trabalho em cima desta lei complementar, e nós estaremos esperando lá no Senado já uma ação mais mastigada a respeito da vontade do Centro-Oeste. E se tiver que melhorar lá no Senado, nós vamos melhorar, com certeza.

Eu já pedi para o Sandro Mabel e estou pedindo também para o Presidente Carlos Abicalil que me avise de outras audiências, porque eu gostaria de participar de todas, já que, enfim, é a Frente Parlamentar do Centro-Oeste, composta de 41 Deputados e 12 Senadores, que finca o pé para que acorde este Brasil tão grande, porque o Brasil não vive sem o Centro-Oeste. Nós temos dito sempre que Deus é brasileiro e nasceu no Centro-Oeste.

Portanto, vamos ajudar Deus! Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS ABICALIL) - Agradeço ao Senador Jonas Pinheiro, Coordenador da Frente Parlamentar do Centro-Oeste.

Com a palavra, o Sr. Waldir Teis, Secretário de Estado de Fazenda.

O SR. WALDIR TEIS - Cumprimento, na pessoa do Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Riva, todos os integrantes da Mesa, senhoras e senhores.

Acho que aqui vou ser talvez a voz única, não contrariando, mas dando o meu ponto de vista na questão da criação da SUDECO.

Cumprimento também o Deputado Federal Sandro Mabel, que é o nosso porta-bandeira na reforma tributária, que tem defendido com unhas e dentes a nossa guerra contra essas perdas que o Centro-Oeste está tendo com a reforma tributária.

Eu vejo a questão da criação da SUDECO diante de alguns prismas diferentes. A primeira coisa que tem lá é a questão das fontes de recursos. Se forem fontes novas de recursos que a União tira do seu orçamento X para passar para a SUDECO, eu creio que será uma boa alternativa. Se forem fontes de recursos que já existem: FCO, FAT, etc., porque nós temos Banco do Brasil, nós temos BNDES - O que é BNDES? É o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - então, temos que redirecionar as coisas para setores da economia e regiões que estão em desvantagem ao resto do país e que estão crescendo, como é o caso do Centro-Oeste. Por que não se trabalha em cima de uma melhora? Vamos pegar a CIDE, que o senhor mostrou bem aqui esse trabalho. Nós perdemos quanto com a CIDE? Por que nós temos uma malha rodoviária capenga, totalmente esfacelada, com recursos minguados, enquanto o Sudeste e o Sul levam basicamente todo recurso da CIDE? É completamente o inverso o pensamento da União quando ele distribui a CIDE. Vamos pegar, por exemplo, além de Mato Grosso na questão do IDH, dentro do contexto do Fundo de Participação dos Municípios, você inverte a posição, os mais ricos trabalham para os mais pobres, e se nós quisermos diminuir desigualdade regional tem que haver esse sacrifício, caso contrário, daqui a trezentos anos nós estaremos discutindo as mesmas coisas sem resultado prático. Então, eu acho que temos que analisar essas questões.

Buscando recurso novo, a SUDECO é um bom negócio. Buscando recurso que já tem FCO, FAT, etc, eu não vejo, francamente, com bons olhos porque vai ser mais uma estrutura que vai consumir recurso do cidadão, fica o recurso perdido na atividade-meio e não chega na atividade-fim. Isso nós temos que analisar com muito cuidado, porque quem paga essa conta, queira ou não, é sempre o contribuinte. Sempre cai no bolso do contribuinte, cai no bolso do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

consumidor que é o maior contribuinte, estando não ele sob uma pessoa jurídica ou de qualquer forma.

Nós temos a questão... Colocava aqui o Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o Muniz, a questão do FAT que vai para o Sul 92%, vem para o Centro-Oeste e outras regiões 8%. Vamos brigar em cima disso, vamos brigar pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional que a União não quer implementar isso dentro da Constituição. Agora, será que a União vai tirar dinheiro do Orçamento dela para colocar na SUDECO? É a pergunta que eu deixo. Será que nós vamos conseguir pegar dinheiro do Orçamento? Temos um trilhão de Orçamento na União, quantos por cento, 0,2%, 0,1%, 0,5% serão suficientes para fomentar a SUDECO? Eu acho que temos que fazer essas contas para não perdermos de novo, o que aconteceu com a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Com todo respeito, o que fez a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste para o Centro-Oeste até hoje? Não tem recurso! Então, criou-se uma estrutura que vai ser suportada pela sociedade, que o resultado no fim é zero, é a mesma coisa que apostar corrida em cavalo morto. Não dá resultado.

Desculpe-me, Deputado Federal Sandro, a minha posição, mas a visão do político é uma e a do técnico é outra. Eu quando vejo essas questões, olho a questão financeira, quem vai pagar o pato dessa conta.

Eu acho que nós temos que refletir bem, é muito válido, está de parabéns a nossa Bancada do Centro-Oeste por trazer este assunto para a sociedade. Francamente, isso é inédito, é de um valor inestimável e a sociedade tem que valorizar isso, quando o homem público traz para a sociedade as decisões que devem ser tomadas. É de um valor inestimável! Se o homem público errar, ele não erra sozinho; se acertar, todo mundo acerta e os louros são da sociedade. Então, nós temos essas questões para pensar. Há questões que se colocam, hoje, aqui, não fazem parte, mas a questão a BR-163, que o setor acena um juro de 10%. É um absurdo falar de juros de 10% para se criar uma infra-estrutura que viabiliza todo Centro-Oeste, uma grande região de um país. Quando a diminuição da desigualdade regional supera isso, quando o crescimento econômico supera a taxa de juros, quando a distribuição de renda supera a taxa de juros, a União tem que fazer sua parte também comparando. Tudo que é em prol da União a sociedade paga.

Então, eu acho que temos que fazer alguns exercícios - o meu tempo foi dito, inicialmente, de três minutos - e fico com essa preocupação, não sei se a preocupação do Governo Blairo Maggi é a mesma preocupação nossa. Eu não o consultei do que poderia ou não dizer aqui, mas vejo a coisa dentro do que representa isso de custo para a sociedade. Eu acho que é um debate que temos que levar para frente, é valioso, um trabalho intenso da Frente Parlamentar do Centro-Oeste, parabéns por isso. Mas eu deixaria essas colocações, o que temos de positivo, vamos, então, buscar recurso federal, que não está previsto em nenhum lugar, ou vamos buscar o que já tem. Se for para buscar o que já tem, eu digo que não precisa criar a SUDECO; se for para buscar coisa nova, aí vamos aplaudir porque é extremamente necessário.

É o que eu tinha a dizer, Deputado, desculpe-me a sinceridade e a forma como colocamos as questões técnicas, porque é aquilo que eu disse, o político tem uma visão, o técnico tem outra e nós temos a nossa visão de técnico. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS ABICALIL) - Agradeço, Dr. Waldir Teis, a expressão da sua opinião, inclusive, o registro da ressalva de que não, necessariamente, a opinião do Governador, porque teremos uma audiência pública com os Governadores e, quem sabe, até lá, tenhamos também uma posição do Governo do Estado de Mato Grosso relativa a este tema.

Com a palavra, a ilustre Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Boa-tarde a todos e a todas!

Eu gostaria de cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Federal Carlos Abicalil; o Deputado Federal Sandro Mabel, que compõe a Comissão da SUDECO; os Deputados Estaduais, em nome dos Deputados Riva e Silval Barbosa; o Deputado Eliene, colega de Parlamento; Secretários Waldir Teis e Yênes Magalhães.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Eu acho que o texto que subsidia neste debate, ele traz na introdução, texto que foi enviado ao Congresso Nacional, assinado pelo Ministro Ciro Gomes, quando ele coloca a intenção da SUDECO, que é trabalhar com a redução dos desequilíbrios regionais e sociais, a retomada do planejamento no país e o desenvolvimento sustentável. Eu acho que esses três eixos aqui já têm uma tarefa muito grande para nós. Eu acho que por si só falam da importância da SUDECO para o Brasil.

Uma outra coisa interessante, também, é quando ele no item oitavo fala das diversas funções com relação à SUDECO e cita a questão do fortalecimento da rede urbana regional.

Eu acho que este é um debate, por isso nós temos aqui vários Prefeitos e Vereadores, porque precisamos fazer. E eu acho que a SUDECO pode vir a contribuir muito com isso: quando nós temos cidades integradas, próximas, com problemas semelhantes, em uma situação territorial que nós podemos trabalhar políticas públicas conjuntas para, justamente, reduzirmos essas desigualdades regionais. Nós podemos citar o caso da Baixada Cuiabana. Nós estamos com o Nagib aqui, que é o Prefeito eleito de Luciara; a região do Araguaia, que pode se constituir nessa rede urbana com relação às desigualdades regionais; a região médio-norte, que sempre citamos aqui que são as cidades de Alto Paraguai, Nortelândia, próximas a Diamantino, e Denise, também. Mas Denise está bem melhor. Sua situação econômica já melhorou bastante. Eu acho que o nosso desafio é mais com relação a Nortelândia e Alto Paraguai. Eu cito algumas regiões para enfrentarmos.

Ontem, o *Estadão* trouxe uma entrevista com o Geraldo Alckmin, em que ele, enquanto Governador, começará a trabalhar essa questão das manchas urbanas, com problemas de desigualdades no Estado de São Paulo.

Por isso, Secretário Waldir Teis, Vossa Excelência como Secretário deveria abraçar essa idéia. Eu acho que esse é o papel do Governo do Estado: buscarmos em Superintendências, autarquias, polícias públicas que trabalhem com essas vertentes. Eu estou citando uma na questão urbana, mas há outras. Mesmo porque a política, se você pegar o orçamento do Estado, trabalha priorizando regiões do Estado, e não são as regiões pobres, são as regiões ricas do Estado. Por isso, precisamos enfrentar isso no orçamento, no PPA, no dia-a-dia, na execução orçamentária, quando nós analisamos a execução orçamentária e vemos que as áreas sociais do Estado não são, hoje, as que têm recebido mais prioridade.

E eu queria levantar três questões aqui aos membros da Comissão da SUDECO. A primeira, com relação a quem constitui, a quem vai constituir o Conselho de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

No item IV cita a questão da classe dos trabalhadores - aqui até está no plural: classes dos trabalhadores, mas eu vejo como classe dos trabalhadores... É importante, porque ela vai ficar meio que à mercê do Poder Executivo para definir que setor dos trabalhadores vai ocupar o conselho.

Eu quero fazer um comparativo, porque nós votamos aqui, na semana passada, um projeto com relação aos recursos do FAT, para o microcrédito. Eu quero fazer um alerta aos trabalhadores que estão neste auditório: em qualquer o projeto do Poder Executivo enviado a esta Casa não há a participação de trabalhadores. Ou é o Governo, através das suas Secretarias, ou são conselhos e membros de conselhos, que seriam instituições governamentais. Os trabalhadores estão praticamente fora de tudo aquilo que votamos nesta Casa, em relação ao Conselho de Habitação, ao Conselho de Infra-Estrutura, ao recurso do FAT, que é dinheiro do trabalhador. Não tem nenhum membro de trabalhador compondo o Conselho do FAT.

Então, eu acho que quando se trabalha, quem vai compor, e aí os trabalhadores... Quem dos trabalhadores e como os trabalhadores vão exercer essa representação no Conselho?

É uma outra questão que eu gostaria de propor aqui - eu não sei se foi discutido - é quando se trata dos bancos na composição do desenvolvimento do Centro-Oeste. Por que não o BASA? Por que o BASA está fora, já que o BASA, em Mato Grosso, tem sido um fomentador de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

empréstimos de recursos para pequenos produtores, para trabalhadores? E por que não ele compor também esse conselho, já que ele compõe pela SUDAM? Em Mato Grosso, não tem nenhum banco a compor esse conselho. Nós temos aqui o Éder que é da Agência de Fomento.

No caso dos Estados, onde tem Agência de Fomento, por que não eles também integrarem estes conselhos?

E, por último, tem um outro item referente ao art. 3º, item IV da SUDECO, quando ele faz comparativo com a SUDAM e SUDENE. Em relação a SUDAM E SUDENE, ele trata de levar em consideração o conhecimento prévio da vocação da região. Quer dizer, por que não o mesmo também em relação a SUDECO de trabalhar com esta questão da vocação de cada município, vocações regionais, para que isso seja uma das diretrizes para aprovação de projetos?

Eram essas as minhas observações.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS ABICALIL) - Muito obrigado, cara Deputada e companheira Verinha Araújo.

Concedo a palavra ao Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Deputado Carlos Abicalil, Presidente da Comissão Especial para a Criação da SUDECO, companheiro Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Riva, Deputado Silval Barbosa, Deputada Verinha Araújo, Secretários de Estado aqui presentes, amigos Waldir Teis e Yênes Magalhães.

Cumprimento também os Prefeitos eleitos, Dr. Nagib, do Araguaia; o Sr. Max, de Jaciara e os vereadores de Cuiabá, Vuolo e Dr. Lúdio, e também o Jason, de Luciara.

Cumprimento, também, as entidades aqui representadas.

Eu gostaria de participar com algumas sugestões, Deputado Carlos Abicalil.

Eu acho extremamente importante essa discussão que Vossa Excelência, juntamente com o Deputado Riva, e o Deputado Federal, Relator da proposta, Sandro Mabel, trazem, porque se não se discute, nada avança. Então, é importante essa iniciativa de vir a Cuiabá e realizar várias audiências públicas, porque sairão realmente, no mínimo, discussões que servirão de idéias para buscarmos alternativas de desenvolvimento do Centro-Oeste e de Mato Grosso.

Eu comungo com o Secretário Waldir Teis de que não basta só a criação de uma superintendência, se não tiver recursos próprios para que toquemos hoje projetos do Estado.

Eu acho que o remanejamento só vai criar o mesmo problema da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Nós vimos, inclusive num debate do segundo turno, foi tema do debate, a pouca realização dessa Secretaria no Estado de Mato Grosso.

Então, precisamos de algo mais concreto que possa realmente trazer realizações, trazer projetos que colaborem para um Estado como o de Mato Grosso, onde temos 42 mil quilômetros de malha sem pavimentação no Centro-Oeste e 26 mil estão aqui. A principal fonte de renda do nosso Estado está na produção, e o escoamento sofre um estrangulamento enorme.

A revista *Veja*, desta semana, trouxe o artigo *A Hora de Construir* que fala sobre economia e negócios: “Anuário Exame de Infra-estrutura mostra os nós que atrasam o crescimento do Brasil”.

Peguei um texto, uma frase, que fala sobre o Centro-Oeste.

“A publicação pela colaboração de mais de trinta especialistas em infra-estrutura que ajudaram a selecionar quatrocentas e três obras públicas prioritárias entre mais de dois mil projetos relevantes nos setores de energia, petróleo e gás, saneamento básico, telefonia e transporte...

Também foi calculado custo para conclusão das obras selecionadas em 184 bilhões de reais”.

E mostra que Mato Grosso, o Centro-Oeste, especificamente, tem ficado para trás. Eu acredito que se pegarmos esse Anuário Exame de Infra-estrutura dessa revista que mostra esses atrasos, colaboraria bastante com os estudos que estão sendo feitos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Quero parabenizar a iniciativa, a vinda do Deputado Sandro Mabel, de Goiás. Temos estudos aqui relevantes, igual ao estudo que teve como iniciativa a Assembléia Legislativa, propriamente na pessoa do nosso Presidente, Deputado Riva, na questão da reforma tributária, que discuti e que já foi fruto de lei aprovada aqui, do ICMS Social. E se não tivermos as iniciativas de colocar em prática, volto a repetir, será em vão a criação da SUDECO. Mas eu vejo que a vinda aqui dessas discussões somará bastante.

Parabenizo ao Deputado Carlos Abicalil, o Deputado Sandro Mabel. E tomara que daqui a um ano, daqui a algum tempo, tenhamos frutos realmente dessas discussões e tenhamos avanço para a região Centro-Oeste (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS ABICALIL) - Muito obrigado, Deputado Eliene.

Antes de conceder a palavra ao Secretário Yenês Magalhães, eu vou transferir a Presidência ao Deputado Riva, de modo a poder atender uma breve entrevista, e já retorno.

(O DEPUTADO RIVA REASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS, ÀS 16:23 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concedo, neste momento, a palavra, ao Secretário de Estado de Planejamento, Yenês Magalhães.

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Sr. Presidente, Deputado Riva, Deputado Sandro Mabel, nosso companheiro Secretário da Fazenda, Waldir Teis, quero cumprimentar todos os Deputados presentes, em nome da Deputada Verinha Araújo; Prefeitos presentes, vereadores eleitos, cumprimento todos em nome do Vereador Francisco Vuolo; senhoras e senhores técnicos do Estado, imprensa em geral, entendo muito bem a colocação do Secretário Waldir Teis, porque nós tivemos ainda no dia de hoje uma resolução do Governador, que foi sugerida por mim e por ele, onde o Governador no dia de hoje bloqueou o Orçamento do Executivo. A partir desse momento qualquer gasto depende de uma prévia anuência que nós deveremos estar submetendo a ele. Isso porque você vai gastando ao longo do ano e chega no final do ano a dificuldade aumenta para todo mundo. Não é diferente nem no município, nem no Estado, nem na União.

Eu vejo que nós temos também essa mesma condição, de que há necessidade de recurso novo, mas de antemão, eu não posso deixar de parabenizar a iniciativa do Ministério da Integração. E aí eu tenho que ressaltar, porque deve ser a quinta audiência que participo desde o primeiro momento da discussão, se iria ser aberta a SUDECO, na pessoa do ex-Secretário Alexandre César. E o Ministro, na primeira reunião que tivemos... A Tânia Bacelar que coordenava o grupo de trabalho foi radicalmente contra a criação da SUDECO. E o Alexandre César, em todo momento veio e houve todo esse trabalho da Frente Parlamentar do Centro-Oeste de que havia a necessidade.

Agora há pouco, demos uma entrevista, dizendo exatamente isso. Se voltarmos à questão de vinte anos atrás: o que seria Mato Grosso se não fosse a SUDAM e a SUDECO? Sem dúvida alguma, nós não estaríamos hoje onde estamos. Agora, houve falhas? Sem dúvida alguma. Houve falhas e elas têm que ser solucionadas, têm que ser buscadas soluções para elas.

Então, eu vejo, como Secretário de Planejamento, a importância da criação da SUDECO, porque nós tivemos uma experiência agora, na quinta-feira. Fomos convocados pelo Ministro Ciro Gomes, fomos eu e o Secretário Clóves Vettorato, que queria ouvir Mato Grosso, assim como todos os outros Estados brasileiros - na quinta-feira foi apenas o Centro-Oeste - e foi questionado qual o planejamento do Estado e que tipo de programa de desenvolvimento regional estávamos pensando nesse momento. E nós apresentamos o nosso trabalho em relação ao MT Regional, que é a forma que o Governo está buscando para desenvolver esse trabalho, que o senhor sabe muito bem, Deputado Riva, que buscamos diminuir com as desigualdades regionais. O senhor tem sido um dos maiores Deputados aqui nesta Casa a discutir essa questão. Eu sempre digo que nós, políticos, não gostamos de priorizar, porque priorizar significa falar NÃO. Para cada um SIM que você fala, você é obrigado a falar nove NÃO. E político não gosta de fazer isso. Então, você fala: não, eu vou ver, vou ver o que vou fazer e tenta atender todo mundo e os recursos nós temos uma limitação, que é a limitação financeira, município, estado e União. Recursos existem, o que precisa é uma priorização desses recursos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Um organismo como a Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste é extremamente importante a partir do momento que, realmente, Deputado Federal Sandro Mabel, venha a ser o órgão que estaria permeando todos os ministérios e discutindo com os Estados o desenvolvimento regional, definindo as prioridades conjuntamente com os Estados, com os municípios. Nós discutimos e chegamos a essa definição. É o que está acontecendo, por exemplo, com a MT-FOMENTO hoje. Primeiro, nós definimos as regiões, então, houve determinação do Governo que queria trabalhar apenas três regiões neste ano, agora nesta segunda fase nós estamos indo às regiões para que, juntamente, com a sociedade civil organizada, os Srs. Prefeitos e Vereadores, possamos definir quais são as principais cadeias produtivas daquela região, aí o Estado vai financiar exatamente isso. Nós temos microcrédito, nós temos, juntamente com o Governo Federal, que discutir o FCO. A própria MT-FOMENTO, se você a deixar solta, ela vai financiar tudo quanto é projeto que aparecer. Aí nós ficamos de forma pontual, tanto pontual no município, quanto pontual em nível de município. Nós precisamos definir o que é prioritário para aquela região, qual é a identidade daquela região, se é leite, se é apicultura, se é turismo, é isso que nós precisamos, priorizar e priorizar significa dizer não.

Então, eu vejo com bons olhos a criação dessa Superintendência a partir do momento que ela, realmente, venha representar o Governo Federal na elaboração do Orçamento em toda discussão. Mas também corroboro totalmente com o que o Secretário Waldir Teis colocou sobre a necessidade de recursos. Nós sabemos que houve falhas, mas precisa-se de recursos porque o Estado, o nível de desenvolvimento que o Estado enfrenta hoje, que apresenta hoje precisa também ser voltado para o cidadão, o desenvolvimento social do Estado, não apenas o empresário conseguir recurso para poder estar investindo. Precisa ter de um lado isso, mas do outro lado que o Estado também possa ter parceiros. Nós temos experiências que o Governo Federal está vendo com bons olhos, como é o caso do nosso consórcio que está alavancado a possibilidade de nós triplicarmos o volume de obras, de asfaltamento, de abertura de novas vias no Estado. Quer dizer, de uma certa forma o que nós estamos fazendo com o consórcio é a parceria público-privada que o Governo Federal está discutindo hoje. O próprio Presidente Lula tem colocado que essa experiência que Mato Grosso vem apresentando vai ser vital para a Nação.

Vale ressaltar que nós estamos preocupados não só com essa questão do desenvolvimento regional, mas nós temos que também, atendendo a uma necessidade nossa, da região Centro-Oeste, atendendo uma vontade do Presidente Lula, que promover essa integração com os países sul-americanos, a saída para o Pacífico. Quer dizer, a região Centro-Oeste é preponderante nesse papel da saída para o Pacífico. Então, nós vemos que ela é bem mais abrangente, a SUDECO tem que ter toda uma estrutura, um aparato que não pense apenas no desenvolvimento regional do Centro-Oeste com as outras regiões, mas também de forma internacional, voltado para a Bolívia, para o Peru, para o Chile, porque é uma necessidade que nós vemos que vai ocorrer mais cedo ou mais tarde. Se depender de toda sociedade civil organizada, vai ocorrer mais rápido, é isso que nós procuramos. Neste momento, essa parceria município, Estado e União é vital para que nós possamos promover o tão sonhado desenvolvimento regional, para diminuirmos essa desigualdade regional, principalmente a desigualdade social existe no Brasil e no nosso Estado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Solicito ao nobre Deputado Federal Carlos Abicalil que reassuma a direção dos trabalhos.
(O SR. CARLOS ABICALIL REASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS, ÀS 16:30 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS ABICALIL) - Muito obrigado, Deputado Riva e Secretário Yênes Magalhães.

Nós temos aqui algumas inscrições de personalidades presentes. Vou seguir rigorosamente a ordem de inscrição que recebi pedindo, evidentemente, não apenas a atinência do tema, a observância, portanto, do tema específico que estamos tratando como o tempo, em função, de que temos pouco mais de meia hora para encerramento desta audiência pública.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

O primeiro inscrito é o Sr. Célio Fernandes, Presidente do Fórum de Empresários de Mato Grosso.

O SR. CÉLIO FERNANDES - Boa-tarde a todos!

Quero cumprimentar a brilhante idéia de trazer para Cuiabá, para Mato Grosso esta audiência pública conjunta, da Assembléia Legislativa Estadual junto com a Câmara Federal.

Cumprimento o nobre Deputado Federal Carlos Abicalil, em nome de todos os representantes da Mesa.

Para ser bem breve, eu quero dizer que represento aqui o Fórum de Empresários do Estado de Mato Grosso. Eu acredito que não há dúvida de que todos nós temos um interesse direto pelo desenvolvimento do nosso Estado, pelo desenvolvimento da nossa região, pelo desenvolvimento do nosso País.

Então, como representante do setor empresarial, gostaria de dizer, também, de que não tenho dúvidas que a riqueza gerada por este País é feita pelo setor produtivo, basicamente. Necessariamente, esse setor produtivo tem que estar devidamente incluído e constantemente incluído dentro das discussões relativas a esse desenvolvimento, no caso específico, aqui, da SUDECO, da criação de uma estrutura.

E quero até parabenizar a fala do Secretário Waldir Teis, com o qual eu concordo plenamente, que quem paga a conta de toda essa estrutura no final da história é a sociedade. E que, portanto, essa relação tem que ser muito bem pesada antes de se criar essa estrutura, estabelecendo claramente qual o papel, de onde saem os recursos, quais são as metas, ter essas metas claramente definidas, e qual a abrangência dessas metas.

Só para fazer uma comparação em relação a essa discussão, o Yênes falou da necessidade do desenvolvimento em nível de Município, da região, do Estado e do País, quer dizer, hoje nós temos uma dificuldade clara de entendimento dos papéis dos entes da Federação, e está na reforma tributária a clareza total disso. Os Estados, Municípios e a União defendendo cada um seus interesses, mas quem paga a conta? A sociedade, eu acredito, que não está completamente inserida dentro dessa discussão. O Estado tem uma queda grande em nível de orçamento. Como ficará isso? Se a reforma tributária passa dessa forma, como ficará isso dentro do Estado? O Estado vai enxugar a sua estrutura, ou vai repassar essa conta ao contribuinte novamente na forma de carga tributária? Hoje nós temos um limite de carga extremamente extrapolado e isso, tecnicamente, todos sabem disso, de 40%, um dos maiores níveis mundiais, mais de 40%, é insustentável para o desenvolvimento. Quando nós falamos em desenvolvimento, temos que consorciar essa discussão necessariamente com a carga tributária. E o Deputado Sandro Mabel colocou isso muito bem desde o início da sua fala. Isso, necessariamente, precisa ser consorciado.

Falando da questão da inclusão social, eu quero dizer que nós temos no Estado de Mato Grosso - e a Secretária Terezinha Maggi vive trazendo isso à tona - uma necessidade de emprego, mas não temos uma capacitação das pessoas para esse emprego. Algo semelhante ao que o Deputado Sandro Mabel falou lá no Estado de Goiás.

Então, nós precisamos rever esse desenvolvimento a partir desse modelo de aplicação dos recursos.

Se falarmos em incentivos, eu sei, até como empresário, muitos aqui presentes... O modelo que temos de incentivo no país levou, há um tempo atrás, a um desenvolvimento pontual, setorial e ainda leva, em muitos casos, a esse desenvolvimento, mas esse é o modelo que precisa ser revisto, necessariamente precisa ser revisto.

Eu tenho aqui três exemplos básicos que gostaria de citar para ver como está sendo cruel a questão dos incentivos.

E digo que o Fórum dos empresários defende uma bandeira, é a legalidade sustentável. Então, nós somos pela legalidade, mas é necessário que haja uma sustentabilidade para isso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

O Secretário Waldir tem sido extremamente acolhedor a todas as propostas e debates. O Governo Blairo Maggi tem sido muito solícito em atender muitas das demandas ou, pelo menos, ouvir as nossas angústias para buscar soluções quanto a isso.

Mas, dos três casos, no setor de bebidas, por exemplo: Uma grande indústria que consegue benefícios federais, que consegue, com isso, um nível de competitividade para colocar o seu produto no mercado. As pequenas indústrias que atuam no nível de informalidade de sonegação, que conseguem se manter no mercado dentro desse modelo de informalidade, de sonegação - e nós sabemos do tamanho da informalidade neste país - e aí as empresas que estão dentro desse modelo de busca de legalidade sustentável têm uma dificuldade imensa para sobreviver. E aqui dentro do Estado temos vários casos, e o Secretário Waldir Teis sabe disso.

No setor varejista, nós enfrentamos um outro problema que é em relação à guerra fiscal dos outros estados.

Nós temos aqui, no Estado de Goiás, mesmo concedendo alguns créditos, alguns incentivos fiscais, a mercadoria hoje sai do Estado de Goiás e, às vezes, passa por outros estados até para se chegar ao Estado de Mato Grosso, criando uma concorrência desleal, um nível de concorrência desleal, para quem está querendo manter a sustentabilidade legal aqui dentro.

Outro caso, nós pegamos aqui o exemplo das pequenas e microempresas que se beneficiam do simples, em nível federal... Quer dizer, hoje, esse simples está engessado e desde 1996 não se revêem aqueles valores.

Hoje, uma empresa quando sai do simples se vê, praticamente, inviabilizada, principalmente as empresas que são as maiores geradoras de empregos, uma vez que o INSS acaba representando um grande ônus para isso.

Então, são questões que precisam ser revistas, porque, ou se trabalha dentro dos incentivos fiscais, ou se trabalha dentro dessa marginalidade, que é a informalidade e sonegação. Isso precisa ser revisto dentro desse modelo de organização e eu não poderia deixar de registrar aqui, enquanto empresário e defensor da legalidade sustentável, esse modelo. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS ABICALIL) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao companheiro Júlio César Viana, Presidente do SINTEP/MT.

O SR. JÚLIO CÉSAR VIANA - Boa-tarde a todos e a todas.

Permitam-me não ser tão formal nos cumprimentos e também não ser descortês, mas gostaria de cumprimentar a Mesa, as autoridades estaduais, na pessoa da Deputada Verinha Araújo e as autoridades federais na pessoa do Deputado Carlos Abicalil.

Primeiro, como educador, têm algumas coisas que entra como uma pua no ouvido, como a questão da dicotomia do técnico e do político.

A meu ver é impossível qualquer concepção política sem uma fundamentação teórica-técnica, como o inverso também é verdadeiro. O que fazemos é encobrir, quando fazemos essa dicotomia, a nossa posição política. E acho que isso não é bom para o debate democrático.

Eu sou mato-grossense por 20 anos de vivência aqui. Vivo na Amazônia Legal, mas tenho interesse nos 900 mil quilômetros quadrados que compõem este Estado.

Acho que é impossível, embora alguns pensem ser possível, criar um Mato Grosso somente da Amazônia, com a divisão do Estado. Mas não creio nisso. Creio na integração desses 900 mil quilômetros quadrados, portanto, minha preocupação é com esse conjunto e eu gostaria de estar discutindo também no contexto da SUDAM, quando tiver oportunidade sobre isso.

A minha preocupação é com a teoria do sustentado, porque nós sustentamos alguma coisa com alguém, com algo. Nós estamos tendo um modelo de desenvolvimento que sustenta, um conjunto restrito da população com sacrifício e com o empobrecimento da maioria dos mato-grossenses, principalmente os que vivem no norte do Estado. Eu tive a oportunidade de percorrer, na semana passada, toda a região do Juruena até a divisa do Amazonas com Rondônia e sabemos o sacrifício que a população dali paga pela ausência de estrada, pela ausência de saúde,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

pela ausência de segurança, pela ausência de educação para que possamos fazer a sustentabilidade de um modelo que atinge a uma minoria, mas que propicia um grande enriquecimento dessa minoria dentro do Estado.

Então, discutir uma superintendência que venha pensar a questão da sustentabilidade, temos que pensar o que dará sustentação e a quem daremos sustentação.

Preocupa-me, Deputado Sandro Mabel, as suas referências, porque também como educador penso que a nossa palavra não ocorre por acaso, ela é produto de uma consciência desenvolvida e de uma concepção de mundo, principalmente quais são as suas referências do ponto de vista da economia desta região e quais são os setores que são as principais referências. Eu sinto-me excluído. Eu sinto-me excluído, porque a minha região não faz parte deste setor ou, pelo menos, na minha região não estão instaladas essas principais atividades econômicas que foram citadas por Vossa Excelência.

Portanto, pensar num movimento que seja de superação e que esteja de acordo com o art. 3º da Constituição do Federal, que busque a superação da desigualdade regional e da pobreza, não pode ser feito com referência apenas para o mundo globalizado e dos produtos exportados. Aliás, como educador, tenho uma preocupação muito grande. Nós temos empobrecido a educação do Estado cada vez mais e, com isso tirando as possibilidades da população de Mato Grosso de ter acesso ao conhecimento mínimo necessário para participar desse processo de desenvolvimento.

Aliás, os últimos resultados do SAEB coloca-nos preocupadíssimos. Apenas 1,2%, que concluíram a 8ª Série, no ano passado, tinham conhecimento adequado de matemática, disciplina essencial para um processo de desenvolvimento que é cada vez mais centrada nas novas tecnologias, nesse contexto de mundo.

Por último, embora não seja o tema, mas como foi citado na explanação, gostaria também de tecer algum comentário sobre ele: sobre a questão da reforma tributária. Aliás, não podemos chamar isso de reforma tributária. Na verdade, temos uma reforma de arrecadação, porque se fôssemos ter aqui uma proposta de reforma tributária, estaríamos discutindo o imposto sobre as grandes fortunas, uma progressividade desse imposto, e não o imposto sobre o consumo, mas sobre a renda. Provavelmente do ponto de vista técnico, com os interesses políticos que temos, a minha proposta de reforma tributária não seja acolhida dentro do contexto do Congresso Nacional.

Portanto, não vamos aqui disfarçar ou maquiagem as nossas posições políticas, porque eu acho que é importante isso para este debate, para que possamos avançar na construção da democracia e de um desenvolvimento que sirva a todos.

“Mato Grosso tem enriquecido, os trabalhadores da educação tem empobrecido”. Esse é o *slogan* da campanha salarial do nosso sindicato. Mas, não são só os trabalhadores da educação, como os trabalhadores da indústria madeireira, os trabalhadores da agricultura, os trabalhadores do comércio, os trabalhadores da saúde, enfim, a grande maioria da população de Mato Grosso. E muitos têm ficado ricos, e parte dessa riqueza sequer atravessa as fronteiras do Estado, porque são negociadas lá na bolsa de Chicago, quando aqui a realidade do povo mato-grossense continua dependendo disso, e é extremamente beneficiado esse setor.

Gostaria de propor que na discussão disso aqui também estivéssemos discutindo a suspensão ou a revogação da Lei Kandir. Eu acho que isso é essencial para discutirmos uma reforma tributária, efetivamente, que venha beneficiar a região Centro-Oeste, que bancou o saldo da balança externa do Brasil do ano passado. E nós, aqueles que carecemos de saúde pública, que carecemos de segurança pública, que carecemos de transporte e de estrada neste Estado, que carecemos de educação pública, pagamos um preço muito caro pelos benefícios disso aí. Quem incorporou as vantagens econômicas foi uma minoria que continua defendendo uma reforma de arrecadação que venha manter os seus privilégios. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS ABICALIL) - Agradeço o companheiro Júlio César Viana.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Com a palavra, o Sr. Sandro Andreani, Presidente da AMEF, representante do Pólo Integração Regional Mato Grosso/Rondônia.

A propósito do Pólo Integração quero fazer o registro que recebemos a mensagem formal do seu Coordenador Aldir Schneider, Prefeito de Sapezal e Presidente do Pólo.

O SR. SANDRO ANDREANI - Quero cumprimentar a Mesa, em nome do Deputado Federal Carlos Abicalil, os demais presentes e colegas aqui.

Como Vossa Excelência disse, estou aqui representando o Presidente do Pólo de Integração Regional Mato Grosso/Rondônia, Prefeito de Sapezal, Aldir Schneider, ao qual entregamos um ofício. E, como já foi tratada a questão tributária, a questão social, a questão de sustentabilidade, nós gostaríamos de ir direto ao assunto. Algumas sugestões para que fossem levadas às outras audiências e discutidas.

Na questão do art. 3º, item VI, que fala: assegurar a articulação das ações de desenvolvimento com manejo controlado e sustentável dos recursos naturais, gostaríamos de deixar a sugestão de se colocar em todos os biomas de sua área de atuação. É a sugestão de se colocar em todos os biomas de sua área de atuação.

Outra questão, no art 5º, em que fala quem integra o Centro de Desenvolvimento do Centro-Oeste, no item IV, fala-se de dois representantes das classes empresariais, de dois representantes das classes dos trabalhadores e de um representante da classe não-governamental. Nós temos a proposta, a sugestão de que sejam colocados dois representantes das organizações não-governamentais e de que aumente mais um item, o item VI, acrescentando um representante dos pólos de integrações regionais e/ou das regiões integradas do desenvolvimento de cada Estado. Nós percebemos que em cada Estado estão sendo criados pólos de integração, regiões integradas, como foi criado no Distrito Federal. Um exemplo: o Pólo de Integração Regional Mato Grosso/Rondônia, hoje abrange trinta e oito prefeituras, quase duzentos mil quilômetros quadrados, e aí nós temos quase um milhão de pessoas. Então, é uma força muito grande na região noroeste.

Então, a sugestão nossa é adicionar o item VI, um representante dos pólos de integração regionais e/ou das regiões integradas do desenvolvimento de cada Estado. No caso, há alguns Estados em que estão sendo criados esses pólos aí.

Outra sugestão, o art. 6º, ali fala: o Conselho do Desenvolvimento do Centro-Oeste reunir-se-á semestralmente. A nossa sugestão é que essa reunião seja feita quadrimestral. Achamos o espaço muito longo, após efetivada essa criação. Então, a proposta é a de que o pólo seja quadrimestral - três reuniões durante o ano.

Por último, gostaríamos que Vossa Senhoria nos informasse, através da mídia, através de outras situações, sobre as próximas audiências: o local, o dia, para sermos informados, para que todo segmento da sociedade esteja sabendo a situação. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS ABICALIL) - Muito obrigado, meu caro Sandro.

Com a palavra, o Sr. Odenir Ramos de Moura, Presidente do Instituto Brasileiro de Avaliação de Perícia de Engenharia.

O SR. ODENIR RAMOS DE MOURA - Cumprimento a Mesa e todos os presentes no Auditório.

Sr. Presidente, a nossa colocação foi contemplada por muitos pontos. Discutimos essa questão lá no Conselho Regional de Engenharia. A grande parte dos profissionais da área de engenharia contempla a atuação do Secretário. A sociedade está cansada de pagar a conta de trabalho de setores do Governo que é tratado com descaso, falta de planejamento e com incompetência. Nós estamos pagando caro por isso, inúmeros Governos estão pagando.

Nós entendemos que o Estado tem que ter seu controle. Tivemos uma decepção enorme quanto à proposta de controle externo do judiciário. Nós encontramos uma proposta indecente a nossos olhos, em que a sociedade, realmente, não participa. Temos um representante da OAB. A filosofia da formação dos conselhos é exatamente a sociedade estar participando, ter controle sobre os gestores públicos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

A proposta do Conselho, quando se propõe apenas dois empresários, quando se propõe apenas dois representantes da classe dos trabalhadores, como a Deputada colocou, não especificado quem, quando se coloca apenas uma entidade não-governamental, que também não temos uma clareza de como será isso, nós entendemos que isso não contempla a sociedade. Em hipótese alguma está contemplando. Nós entendemos que esse conselho tem que ter uma formação. Como é uma área econômica e nós pegamos inúmeros setores nessa composição, nós entendemos que deverá aumentar o número de trabalhadores para, no mínimo, três; o número de empresários para três; e também de entidades não-governamentais para três, mas que se tenha uma definição, que conceitue, pelo menos, em nível de debate, já que na constituição nós não trabalhamos em nível de conceito. Que conceitue o nível da discussão: quais são os trabalhadores e quais são as entidades não-governamentais. No passado, nós tínhamos, pelo registro, eu me esqueci o órgão do Governo Federal... Nós temos duzentos e cinquenta entidades não-governamentais. Muitas dessas entidades estão atreladas a lobistas, estão atreladas a Parlamentares, está atrelada a organizações sindicais.

Nós sabemos disso, os Srs. Parlamentares sabem disso, a sociedade sabe disso e nós não conseguimos fazer nada a respeito disso.

Então, se esse debate da SUDECO não for contemplado com um planejamento que tem que se conceituar desde agora... Porque, no caso de Mato Grosso, por exemplo, nós não temos planejamento. Há mais de quinze anos não temos planejamento no Estado.

Então, quando o Governo atual no ano passado construiu casas nós tínhamos uma situação de um Governo que durante oito anos construiu duzentas e oito casas apenas no Município de Planalto da Serra e no Município de Nova Brasilândia.

Então, são situações que a sociedade não agüenta mais. Nós não agüentamos mais pagar esse ônus. Não agüentamos mais pegar... Eu, como perito, já fiz defesa de alguns prefeitos, e nós sabemos, todos sabem que a verba vem carimbada para uma empreiteira. Todos sabem. Todos sabem que juiz está vendendo sentença, mas não se faz nada. A sociedade está cansada. Todos os cidadãos estão cansados disso.

Nós não queremos que esta discussão aqui seja rápida, como foi. Nós não tivemos tempo de nos embasarmos sobre isso. Nós temos a experiência de uma Secretaria que não conseguiu fazer nada, a não ser levantar a questão, que já foi uma grande coisa levantar e discutir a questão. Mas, efetivamente, concretamente, nada foi feito.

Então, nós, profissionais da área de engenharia, temos conversado com profissionais da área de educação, com profissionais da área da farmácia, do direito, e nós entendemos, todos os profissionais, que isso é corrente. Nós estamos cansados desse tipo de atitude que vemos acontecer nos Parlamentos Municipais, Estaduais e Federais. Como um exemplo aqui, Deputado Riva, onde os trabalhadores não são contemplados... Isso nós temos acompanhado. Nós temos a situação do Conselho Municipal de Cuiabá, onde a sociedade, de fato, não é contemplada. Os membros são nomeados pelo Prefeito ao seu bel prazer.

Então, a sociedade precisa de um controle social. Isso sai mais barato, como colocamos há pouco, do que começarmos a consertar essas coisas erradas daqui a dez ou vinte anos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS ABICALIL) - Muito obrigado, caro Odenir.

Último orador inscrito é o Sr. Sérgio Lopes, representante do Movimento Cultural.

O SR. SÉRGIO LOPES - Deputado Federal Carlos Abicalil; Deputado Federal Sandro Mabel, na pessoa de quem cumprimento todos os milhares de goianos que moram no Estado de Mato Grosso; Deputado Eliene; Deputada Verinha Araújo; Deputados Estaduais presentes; Deputado Riva, Presidente desta Casa; Sr. Waldir Júlio Teis, Secretário de Estado de Fazenda; Sr. Yênes Magalhães, Secretário de Estado de Planejamento; senhores e senhoras; Srs. Vereadores Lúdio Coelho e Francisco Vuolo:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Lendo o projeto, achei-o muito interessante. É bom assim, mas vejo também com preocupação diante daquilo que colocou o Secretário de Estado de Fazenda, Waldir Teis, eu vi que, realmente, temos aí que discutir mais.

E estas audiências, realmente, são interessantes para que possamos estar dando opiniões.

Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste é interessante para todos os Estados sim. Mas a minha pergunta e preocupação é que Mato Grosso faz parte da Amazônia Legal, portanto ele está integrado na SUDAM também. Eu queria perguntar, então, Sandro Mabel, se não seria esse um argumento para que o próprio Governo Federal, ou as bancadas de outros Estados pudessem estar levando os recursos para outros Estados e deixando Mato Grosso sem que fosse beneficiado. É essa a preocupação.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS ABICALIL) - Obrigado, meu caro Sérgio Lopes.

Apenas, antes de o Deputado Relator se pronunciar sobre o conjunto de contribuições que veio do plenário e da própria Mesa, nós recebemos uma proposição por escrito, aliás, uma pergunta que eu quero incorporar antes da locução do nosso Relator.

A pergunta é do Sr. Raimundo Henrique. A SUDENE fica em Recife; o Banco do Nordeste tem sede em Fortaleza; a SUDAM tem sede em Belém; a SUFRAMA, em Manaus. Portanto, nenhuma está situada na Capital Federal. A pergunta é: A SUDECO poderá ter como sede, no futuro, Cuiabá?

Então, esta pergunta foi encaminhada pelo Sr. Raimundo Henrique.

O ex-Deputado Bento Porto, que é da Assessoria aqui da Assembléia Legislativa, quer fazer uso da palavra. Por favor.

O SR. BENTO PORTO - Gostaria de cumprimentar todos, a seleta Mesa, inclusive o Presidente dessa Comissão e o seu Relator, Deputado goiano, que já vem detalhando muito bem a sua posição na formulação do seu.

Eu citaria, aqui, uma observação que o Muniz já falou. No passado, a União Federal tinha recursos e locava recursos para a SUDECO, a SUDECO tinha a função de planejar o desenvolvimento da região Centro-Oeste e diversos programas foram executados. A SUDECO foi pioneira e desempenhou um papel muito extraordinário no Centro-Oeste. Cito aqui, por exemplo, o programa POLOCENTRO.

Juína, por exemplo, hoje nós temos um grande pólo de desenvolvimento naquela região graças à SUDECO, na época; o Programa de Desenvolvimento do Pantanal, a construção dessa infra-estrutura de energia elétrica para Cáceres e toda a periferia do Pantanal. Quer dizer, era uma época em que tínhamos um órgão de planejamento para o desenvolvimento do Centro-Oeste.

Acabou esse órgão. Hoje as fontes de recursos... A União luta com mais dificuldades, mas, como diz o Secretário Yênes, recurso é uma questão de prioridade.

Se o Governo decidir que a região Centro-Oeste é uma prioridade para o País, para continuar dando sustentação às contas externas deste País, o Governo poderá, considerando isso como prioridade, locar recursos para a SUDECO.

Então, eu não concordo muito com a idéia de que não se deve ter esse órgão de desenvolvimento regional. Acho que devemos ter esse órgão. Ele tem um custo-benefício, evidentemente, mas é uma questão de prioridade do Governo, porque ele tem que ser produtivo.

E eu acrescentaria, Deputado Mabel, no item VI do art. 3º e também em relação ao item VII do art. 3º, que a SUDECO não teria condições de sobreviver ou pelo menos fazer funcionar esses dois itens sem incentivos fiscais ou financeiros. Ela tem que ter incentivos fiscais. Além das fontes de recursos da União que ela deverá ter, deverá ter incentivos. Poderá fazer como a SUDAM, isentar determinados projetos por 10 anos de imposto de renda ou outras formas de incentivo.

Como ela vai, por exemplo, assegurar a articulação das ações de desenvolvimento com manejo controlado e sustentável dos recursos naturais? Como ela vai assegurar a articulação

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

do desenvolvimento com manejo controlado e sustentável dos recursos naturais? Tem que ter incentivo para fazer isso, e financeiros, eventualmente.

Poderá, por exemplo - no inciso VII -, identificar, estimular e promover oportunidades de investimentos e atividades produtivas. Como vai incentivar isso se não tiver incentivos fiscais e financeiros como têm a SUDAM e a SUDECO? No digo que ela venha a ter um banco, como tem o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia, etc, mas, pelo menos, poder desses incentivos, ou, pelo menos, um limite fixado para esses incentivos.

O art. 6º, esse negócio de reunir semestralmente o Conselho de Desenvolvimento da SUDECO do Centro-Oeste, isso aí não é... O Secretário de Fazenda, Sr. Waldir Teis, tem toda razão, o negócio para se reunir só de seis em seis meses... A minha sugestão é que deve se reunir mensalmente. Será presidida pelo Ministro de Estado e, na ausência do Ministro, pelo Superintendente. Ela tem que trabalhar, tem que funcionar, tem que avaliar os projetos, etc. Esse negócio de reunir semestralmente não vai funcionar. Então, essa é a sugestão que eu gostaria... Quer dizer, mensalmente, ela é presidida pelo Ministro da Integração e, na ausência desse, pelo Superintendente.

Acho que a idéia do Projeto é interessante. A região precisa de um órgão para coordenar o processo de planejamento para a região, porque hoje estamos muito à base de cabos eleitorais, de muito discurso e de muito pouca coisa técnica.

Tem muita gente que vem, faz um discurso, defende trabalhador, essa coisa toda. Mas outro dia vimos duzentos mil bancários com a polícia nas costas deles, e o pessoal que os deveriam estar defendendo, do lado dos banqueiros e dos agiotas. Essa é a situação que vimos aí.

Então, tem muito discurso, muito proselitismo, e temos que ser objetivo. Um projeto como esse, não há... O negócio é para funcionar. Ela tem que ter fontes de recurso da área federal, do orçamento da União, incentivos fiscais e financeiros e tem que operar. Esta é a minha consideração. Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS ABICALIL) - Concedo a palavra, para as considerações, ao nosso Relator, e, em seguida, prosseguiremos ao encerramento da Audiência Pública.

O SR. SANDRO MABEL - Agradeço a participação ativa de todos os componentes da Mesa e também da sociedade organizada.

Quero rapidamente fazer algumas considerações ao Secretário de Fazenda, Waldir Teis, também ao Secretário de Planejamento, Yênes Magalhães, e também aos demais que mostraram essa preocupação. Eu acho que é importante você ter recursos para poder manter uma superintendência dessa funcionando. Mas, mais do que isso, você precisa ter a superintendência para você colocar recursos, porque o Centro-Oeste, hoje, anda unido até o dia do orçamento. No dia do orçamento, nós puxamos cada um para o nosso lado: “Eu não quero nem saber de Mato Grosso, eu puxo é para Goiás”. Eu não tenho dúvida disso, como o pessoal de Mato Grosso também puxa para Mato Grosso. Mas, nas ações que são comuns e que poderíamos, além de puxar as ações específicas, estar trabalhando e tirando uma parte do orçamento para trazer para o Centro-Oeste em ações comuns, elas não acontecem porque nós não brigamos de forma comum, nós brigamos “salve-se quem puder” naquela hora que vai espalhar o bolo: “espera aí, deixa pegar meu pedaço”.

Eu quero dizer que acho que é importante. Nós procuramos fazer com que deixassem alguns pontos abertos, que a força política vai fazer a diferença. Por exemplo, o art. 12, quando nós falamos: Constitui-se Receitas da SUDECO as dotações orçamentárias que forem consignadas no Orçamento da União. E, para o desempenho de suas competências, teremos como instrumentos financeiros fundos constitucionais - tudo bem, já existe hoje -, recursos do Tesouro Nacional. Aí a força política novamente. Quer dizer, se conseguirmos demonstrar certas atividades ou certas questões de integração que precisam ser feitas, nós vamos com a força política conseguir colocar. Se não temos esse organismo de integração, dificilmente nós vamos conseguir.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Então, eu acho que é importante deixarmos em aberto, como estamos deixando alguns pontos, aonde vem a força política, e vamos estar trabalhando pela região.

Eu acho que a SUDECO é importante. E entendo a forma que o técnico trata pragmaticamente a coisa. Eu também sou técnico, sou empresário e sou político ao mesmo tempo, e olho a coisa muito de forma pragmática. E é com a forma pragmática que entendo que a parte política pode se aliar à parte técnica quando você tem um instrumento para fazer isso. Se você não tiver a superintendência, não tiver a SUDECO, não tiver a abertura onde você pode colocar recursos, você não tem como trazer recursos hoje para a região como um todo. E na hora que você vai falar: Espera aí, para onde que vai? Cada um puxa para o seu lado e nós não temos essas ações integradas.

Então, eu acho que é importante, conheço sua visão de desenvolvimento e tenho certeza de que nós vamos poder fazer também, Secretário Yênes Magalhães, ações importantes com a criação da SUDECO. Talvez não no primeiro ano, não no segundo, mas é uma coisa que vai ser progressiva, ela vai criar uma coisa importante. E hoje, a emenda regional que temos, o que ela fez? Eu vou só dar um exemplo. A emenda regional, hoje, não vai para lado nenhum. É uma emenda que acaba não virando nada, enquanto nós já podíamos determinar que a emenda regional fosse toda colocada na SUDECO. Então, já é um ponto para fazermos com que a execução aconteça.

Eu queria dizer ao Júlio César que eu não tenho medo de reforma tributária. Reforma tributária para mim não pode acontecer quando você fala que o Estado de Mato Grosso vai perder 30% da sua receita, que Goiás vai perder 25%. Eu até quero um dia ser Governador de Goiás, mas com menos 25% da receita eu não quero nem passar perto.

Então, a reforma tributária que aí está é errada na concepção, quando mistura ICMS no meio de uma reforma que tem tudo quanto é tipo de coisa.

Eu quero dizer ao Júlio César que ela tem lá dentro, sim, a sinalização da cobrança de grandes fortunas. Eu tenho brigado muito na questão de que temos que tirar cada vez mais do consumo e levar para a renda. Essa é uma luta que nós temos lá dentro, porque nos outros países, os países mais desenvolvidos, você sempre tributa a renda e não o consumo. E na reforma tributária nós buscamos sinalizar isso. É por isso que a reforma que está se fazendo com a visão de ICMS está errada. Ela está errada, porque cria uma carga tributária maior ainda. O Secretário de Fazenda está criando blindagem para a reforma tributária. Cada um está blindando a sua arrecadação. Isso quer dizer que a carga tributária virá maior ainda, porque para blindar você sempre busca a mais, sabendo que alguém lhe tirará um pouco. Então, eu sou a favor disso. E a reforma tributária trata disso aí, também.

Dentro da reforma tributária o ressarcimento das exportações passa a ser de uma forma diferenciada, mais justa, do jeito que está sendo feita, abandonando um pouco essa visão da Lei Kandir, que foi criada e extremamente prejudicial aos nossos Estados por um lado, quando deixou de repor dinheiro para os nossos Estado, mas boa por outro lado, quando incentivou a exportação e desenvolveu. Foi importante, porque, senão, não teríamos esse “bum” aqui, não estaríamos falando de ressarcimento, de nada. É o tal de 100% de nada. Então, é melhor ter 10% de alguma coisa.

Eu queria dizer ao Sandro Andreani que anotamos as sugestões. Vamos levá-las à frente. Há pontos importantes que estarão nas discussões.

Ao Odenir, quanto às demais participações dos conselhos, que foi, também, o que a nossa Deputada colocou, eu quero dizer que nós vamos trabalhar nessa visão, apesar de que um conselho, quando você começa a colocar muita participação nele, é para não resolver. Aí vira reunião do *Rotary*, porque eu sou rotariano. Quando se tem um problema muito grave, cria-se uma comissão. Vamos criar uma comissão para discutir o assunto. Não sai nada. E na Câmara nós fazemos algumas coisas nesse sentido, também. Então, nós temos que ser enxutos, mas representativos. Então, vamos olhar nesse ponto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Dizer ao Sérgio Lopes que a questão dos recursos de outras regiões em detrimento de Mato Grosso, por estar dentro da SUDAM, eu acredito que não aconteça. Primeiro, porque nós temos uma bancada integrada. O Centro-Oeste tem uma bancada integrada. Nós temos, ainda, as principais representações. Você vê que quando se vai escolher um Presidente para colocar na SUDECO, coloca-se um de Mato Grosso. O Coordenador da Frente Parlamentar do Centro-Oeste é de Mato Grosso. A Secretaria de Fazenda de Mato Grosso tem tido um empenho grande na questão da reforma tributária, principalmente na regimentação, em mandar dados e tudo mais. Então, isso não tem como. Há uma irmandade nesse ponto. Eu acredito que não tem essa preocupação, não. Mas, quanto a isso, a bancada daqui terá que ficar vigilante. Quando chega a hora em que aparece o recurso, sempre alguém quer levar mais para outro lado. Mas não penso assim.

O Raimundo Henrique fez a pergunta sobre a sede da SUDECO. Eu acho que é uma coisa que tem que ser definida. Não está no projeto definido o local da sede. Será definido amanhã em lei. Aí, sim, eu acho que ela, por pertencer à SUDAM, poderá atrapalhar que a sede da SUDECO fique em Mato Grosso. Eu sou sincero em dizer que como está em duas regiões beneficia o Estado. Certamente, a sede... Em Brasília, também, eu penso que ela não ficará. Eu acho que ficará entre - pode-se conversar em Mato Grosso, também - Goiás e Mato Grosso do Sul ou, quem sabe, poderá se fazer um revezamento a cada cinco anos, ou alguma coisa parecida com isso. Eu acho que temos que fazer como a Presidência do Conselho. Ela tem que ir rodando: um Presidente e três Diretores. Nós podemos ir rodando para que todos os Estados sejam contemplados na Presidência.

Eu acho que o Centro-Oeste se entende nesse sentido, até porque nós queremos criar uma SUDECO. Que não seja um cabide de emprego, mas uma coisa eficiente, enxuta, com técnicos bons, para que tudo que nós escutamos aqui de negativo não aconteça.

A primeira coisa que o jornalista perguntou foi: “o Senhor acha que a corrupção vai continuar?” Não. Eu não acho. Eu acho que nem vai ter. “Então, ela acabou?” Ah, mas ela acabou por causa disso... Ela acabou por uma série de fatores. Mas a que nós estamos criando não terá isso, porque se formos pensar assim, não andamos.

Ao ex-Deputado Bento Porto eu quero dizer que os incentivos e a questão da semestralidade, realmente, é importante. Eu acho que o Conselho tem que andar com mais celeridade. Há uma proposta - se não me engano foi o Sandro quem fez - de se fazer trimestral ou quadrimestral. Vamos achar qual seria a melhor frequência e tentar determinar essa melhor frequência, ou, no caso de se prever que se tiver projetos, que ela possa ser feita mensalmente ou, então, trimestralmente como máximo. Mas, eu acho que semestralmente é mais difícil andar.

Eu queria, nas considerações finais, agradecer o nosso Presidente Abicalil, que tem um interesse muito grande nesse assunto e tem conduzido a Comissão de forma que ela possa dar resultado o mais rápido possível, e nós vamos estar trabalhando para isso aí de mãos dadas para que possamos criar algum tipo de incentivo, para que possamos modificar algumas coisas na criação da SUDECO, mas que, ao mesmo tempo, não, com excesso de zelo, atrapalhe o projeto. Dizem que o ótimo é inimigo do bom. Nós precisamos de uma SUDECO boa agora, porque o ótimo é o tempo que vai fazer com que ela mude, melhore e tudo mais, porque senão ela não sai do papel e o Governo acaba não criando.

Eu queria agradecer a todos que participaram desta reunião. Eu acho que tivemos aqui participações interessantes, idéias interessantes que foram anotadas, ali, pelo pessoal que está nos assessorando.

Gostaria de agradecer também aos Deputados Estaduais que participaram aqui; a nossa Deputada, ao Presidente da Assembléia, Deputado Riva, que vi, inclusive, que é um grande interessado nesse assunto pelos livros e pelas suas colocações. Nós estaremos juntos aí, desenvolvendo esse projeto.

Quando tivermos o projeto mais desenhado, de uma forma, estaremos mandando para todos vocês para que tenham conhecimento do nosso relatório final.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

No mais, foi muito proveitosa esta primeira audiência. O Abicalil tem razão, aqui em Mato Grosso a coisa já sai com mais consistência. Então, foi bom termos feito essa primeira audiência aqui.

Obrigado pela participação de todos e obrigado pela oportunidade (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS ABICALIL) - Muito obrigado, meu caro Sandro Mabel, Relator.

Eu quero fazer apenas algumas breves considerações do produto desta audiência. Como sendo a primeira, já anuncio que a previsão a ser confirmada na quarta-feira da próxima audiência, no dia 16, no Estado de Goiás, muito provavelmente, depois do feriado do dia 15, também na Assembléia Legislativa de Goiânia; e, na seqüência, estaremos informando a de Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal, que ficam ainda pendentes, assim como as duas que serão realizadas na Câmara dos Deputados, uma com os anteriores gestores, os três últimos gestores da SUDECO antes da sua extinção, e outra com a participação dos Governadores dos três Estados e do Distrito Federal. Eu comunicarei todas elas. Toda agenda deve ser definida na próxima quarta-feira, na reunião ordinária da Comissão, já reservado o dia 16 para o Estado de Goiás.

Essas audiências públicas, evidentemente, produzem um farto material e boa parte será aproveitada neste projeto de lei específico, mas creio que muitas das contribuições que, inclusive, auferimos aqui se referem a outras matérias, dentre elas a mais polêmica que é a dos incentivos fiscais e da reforma tributária, visto que nessa área concretamente nós praticamos sempre pelo menos dois ditados: “quando a farinha é pouca, o meu pirão primeiro”. Esse é um tema que interessa ao Pacto Federativo e é evidente que nós, como bancadas regionais ou bancadas estaduais, fazemos a defesa do nosso quinhão primeiro, mas há que ter uma noção de desenvolvimento e de integração nacional, por isso a égide da gestão desse processo está no Ministério da Integração Nacional, de modo que tenhamos preservado também a garantia da unidade federativa do Estado brasileiro, razão pela qual, evidentemente, esse tema é um tema que perseguirá, durante muito tempo, muita atenção, em função de superar desigualdades históricas, ao mesmo tempo em que projeta para o futuro um modelo que seja distinto daquele que gerou essas próprias desigualdades.

Com relação às preocupações pertinentes sobre planejamento e controle social ampliado, do ponto de vista da concepção contida no projeto, essas duas preocupações, manifestadas aqui por mais de um orador, estão, a meu juízo, contempladas no texto do projeto.

Agora nós vivemos também uma contradição: por um lado, não queremos que seja um órgão alargado, por outro lado, queremos ampliar o número de representantes; por um lado, queremos que seja um órgão que gaste pouco, por outro lado, queremos que a reunião seja bimestral e trimestral ao invés de ser semestral. Portanto, essas contradições terão que ser resolvidas ao longo do período. E a nós, como Parlamentares, com a responsabilidade que temos, não nos assusta que essas contradições apareçam. Aliás, bem ao contrário de nos assustar, a prática que temos adotado de fazer audiências públicas de iniciativa da Câmara ou das Comissões, como também cada um dos nossos mandatos, e do meu em particular, e no ano passado fizemos duas também no mandato com a Assembléia Legislativa, uma delas foi a da reforma tributária e a outra foi relativa à SUDAM, realizada no auditório da Associação Mato-grossense dos Municípios, exatamente porque não tememos as contradições. Precisamos enfrentá-las, sabendo que cada uma das leis que estamos aprovando não será a lei definitiva, decisiva e final. O aperfeiçoamento democrático e a repartição mais igual das oportunidades da sociedade brasileira nos farão, sem dúvida nenhuma, aperfeiçoar e criar instrumentos novos nos próximos períodos.

Com relação à reforma tributária, o que pega efetivamente na tramitação neste momento é de fato a sua incidência sobre a repartição do ICMS. E aquela estimativa, por exemplo, demonstrada, com dados do próprio Mato Grosso, do que representaria aquele modelo, que está ainda em tramitação na Câmara dos Deputados, da reforma tributária aprovada, o seu principal impacto é exatamente sobre tarifas que são, no caso do Estado de Mato Grosso, da nossa região,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

superiores à média nacional aplicada sobre determinados setores de serviços. É o caso da energia elétrica, da telefonia, dos combustíveis, principalmente.

Então, aquele impacto é exatamente pela alteração da incidência de cobrança do ICMS nessa base da atividade econômica. É efetiva, portanto, não só a nossa precaução na Câmara, no sentido de tratar esse tema, como pautar uma justiça tributária de outra ordem.

Se estamos falando - e aqui mais uma vez falamos de redução de carga tributária - que é preciso que para além da redução da carga tributária, mais de uma vez se mencionou, ela transite mais sobre a renda do que sobre o consumo; se é preciso pautar aquilo que é sustentabilidade legal na sustentabilidade fiscal, para combater o alto índice de sonegação e de formalidade, sem dúvida alguma, haverá uma conta a ser ajustada no futuro. O que não é uma conta apenas relativa àquilo que é da União, dos Estados e dos municípios, cada um no seu orçamento, mas é uma conta que tem que ser ajustada com esse conjunto federativo e o conjunto da sociedade brasileira.

O fato é que, hoje, a estrutura tributária, por isso ninguém é contra uma reforma tributária, mas se apontou um ponto dela concretamente que é a incidência sobre o ICMS, que isso repercutiria no atual modelo de arrecadação de base estadual fundamental, que é o ICMS, que, aliás, é o imposto repartido entre os municípios brasileiros e que financia a maior parte das políticas sociais do País, em especial a política de educação, de saúde e de segurança pública, que tem a sua base fundamentada de financiamento exatamente no Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços...

Portanto, não é um tema que resolvamos de uma hora para outra. Esta audiência pública dá seqüência a uma série de debates que já houve. E seguramente em outras audiências públicas esse tema voltará até que tenhamos um pensamento médio, uma conciliação aberta que nos coloque num outro patamar.

Em relação à estruturação de outros organismos governamentais, não é apenas o Governo Federal que pensa neles para otimizar e dar resposta à integração nacional. Também no âmbito dos Estados, inclusive de Mato Grossos, se tem pensado em novos organismos de gestão, de planejamento, de fomento à atividade produtiva que tem sido motivo de debate, de deliberação inclusive na Assembléia Legislativa. E creio que o questionamento sobre custo benefício não é apenas legítimo, como é indispensável para que tenhamos maturidade ao tomar a decisão de instituir essa ou aquela organização.

Não descarto - quero dizer aqui em meu nome pessoal - a hipótese de termos um Banco de Desenvolvimento Regional. Não por acaso o Nordeste tem o seu e a SUDAM tem o seu. A Constituição autoriza. Não temos o nosso da região Centro-Oeste. Pode ser que optemos pela sua inexistência, mas não quero tirar do cenário a possibilidade de ter uma estrutura de banco que administre autonomamente os recursos oriundos dessa lei que estamos aprovando, quer sejam aquelas do Fundo Constitucional, quer sejam os recursos orçamentários, quer sejam aqueles recursos de fontes que nós venhamos, ainda, a instituir, descobrir ou realocar, o que a nosso juízo é profundamente importante; o que não significa que precisa ser uma estrutura gigantesca, com uma agência em cada um dos municípios dos três Estados e do Distrito Federal. Mas acho que não deve ser descartada essa hipótese.

E, quero dizer que uma matéria que está em discussão aqui na Assembléia Legislativa, que é a do Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico está contemplada com uma referência importante no Desenvolvimento Regional. É uma matéria extremamente complexa, mas que guarda atrás dela esse sentido de sustentabilidade, que a gestão moderna do Estado deve ter em todas as sociedades que pretendam ser civilizadas e terem atividades perenes, cujas atividades não deixem para trás miséria e sombra de devassidão, como nós já tivemos em diversas outras oportunidades anteriores.

E dizer que esse eixo de integração e a preocupação trazida aqui, do significado que tem a nossa fronteira Oeste, particularmente relativas aos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, a saída para o Pacífico, como eixo de integração regional, é continental e global.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SUDECO, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Sem dúvida nenhuma são preocupações que, na ótica do planejamento, tanto daqui do Estado como do conjunto do planejamento do Governo Federal, merecerão de nós toda a atenção.

Por último, considerar que a realização da audiência pública não é nada mais do que uma tarefa nossa e institucional, e para nós não é apenas um dever de ofício, mas um exercício de qualificação do exercício dos nossos mandatos, da formação da nossa opinião e de orientação da melhor decisão que venhamos a tomar.

Agradeço a participação de todos e todas, daqueles que estão residindo aqui em Cuiabá, representantes de diversas organizações civis, atividades empresariais, sindicatos, como também dos agentes políticos eleitos, ainda não empossados, que estão aqui, dois Prefeitos e dois Vereadores recentemente eleitos, e que, portanto, incorporam já na sua atividade futura parlamentar e de gestão executiva, preocupações dessa natureza. E são pré-ocupações, estão se ocupando disso antes do tempo. Mas é absolutamente indispensável, como também das representações empresariais.

Reitero o agradecimento à Assembléia Legislativa pela oportunidade de sediar este encontro, de fazer toda a sua gravação e divulgação pela TV Assembléia, de nos emprestar o aparelhamento técnico, incluindo os recursos humanos, para que ela fosse exitosa e desejar que, efetivamente, o nosso trabalho nesse próximo período possa corresponder às expectativas de praticar uma justiça tributária, uma política de desenvolvimento regional que contemple as múltiplas atividades, que vão desde a agricultura familiar até o desenvolvimento do artesanato local, que tem uma vasta riqueza em todas as nossas regiões; que vão desde a verticalização da produção de algodão para exportar, do couro, do milho, ou da soja, até a atividade mais singela de prestação de serviço de associação de mulheres, por exemplo, que nos nossos bairros sustentam muitas famílias com suas atividades produtivas.

Muito obrigado a todos e todas, desejo êxito, portanto, ao nosso trabalho coletivo (PALMAS).

Solicito ao nobre Deputado Riva que reassuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO RIVA REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 17:27 HORAS.)

O SR. SR. PRESIDENTE (RIVA) - Apenas agradecer a participação de todos, em função da pressa do nosso Relator, que tem compromisso em Brasília, e o Presidente, Deputado Federal Carlos Abicalil, declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
 - Aedil Lima Gonçalves;
- Revisão:
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Laura Yumi Miyakawa.